

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLLA ARAÚJO RIBEIRO

**UM ENSAIO SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DA
INCERTEZA EM KEYNES**

Uberlândia – Minas Gerais
2017

CARLLA ARAÚJO RIBEIRO

**UM ENSAIO SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DA
INCERTEZA EM KEYNES**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

Uberlândia, 14 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

Profa Dra. Marisa Silva Amaral.

Profa. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

Aos que amo.

Por tanta inspiração, por todo ensinamento e ajuda, gentileza e brilho, agradeço ao meu orientador, professor mais querido, José Rubens. As aulas dele eram, para mim, como um filme ótimo ou uma prática de *Yoga*. Conseguia me conectar com muita calma e tudo fluía. A ele meu respeito, admiração e carinho. Eternos. Agradeço, também, as Professoras Marisa e Vanessa, por aceitarem participar da banca examinadora. Ao ser mais espetacular, ao qual tenho a honra de chamar de minha mãe, Margareth, maior amor do mundo!

Resumo

Nesta Monografia, defendo que o tratamento das decisões sob incerteza, exposto por John Maynard Keynes em sua obra magna, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, pode melhor ser apreendido pelo recurso à fundamentação filosófica presente em textos anteriores do autor, especialmente em seu *Tratado da Probabilidade*. O estudo do tema proposto é relevante na medida em que pretende, ainda que modestamente, contribuir para com uma agenda de pesquisa que busca reavaliar a obra de Keynes reconhecendo-o como um filósofo-economista – o Keynesianismo Filosófico. Na Introdução, são apresentadas algumas das influências recebidas por Keynes, o meio e sua época, as quais servirão de referências para o desenvolvimento do tema proposto. O Capítulo I é dedicado a Keynes e sua Filosofia da Prática, já que entendemos tratar-se de uma teoria da ação, o que requer resgatar os seus fundamentos filosóficos – lógica, epistemologia, ética, filosofia política e metodologia. Para tanto, abordo as perspectivas filosófica e econômica e as continuidades e rupturas no pensamento de Keynes. No Capítulo II, trato da Probabilidade e Incerteza em Keynes, passando pelas interpretações lógica, subjetiva e intersubjetiva da probabilidade, crença racional e expectativas, convenção e *animal spirits*, o estado de confiança e as decisões sob incerteza. Nas Considerações Finais, busco sublinhar que a Filosofia da *Teoria Geral* bem revela a importância do tratamento da incerteza fundamental, introduzida por Keynes de maneira sistematizada e inovadora no pensamento econômico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – Keynes e a Filosofia da Prática	12
I.1 – Fundamentos filosóficos: lógica, epistemologia, ética, filosofia política e metodologia.....	14
I.2 – As perspectivas filosófica e econômica	22
I.3 – Continuidades e rupturas	25
CAPÍTULO II – Probabilidade e Incerteza em Keynes	27
II.1 – As perspectiva filosófica e econômica	31
II.2 – Crença racional e expectativas, convenção e <i>animal spirits</i>	34
II.3 – Decisões sob incerteza e estado de confiança.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A Filosofia da <i>Teoria Geral</i>.....	39
REFERÊNCIAS	47

“Desejo explicar que por conhecimento ‘incerto’ não pretendo apenas distinguir o que é conhecido como certo do que apenas é provável. Neste sentido, o jogo de roleta não está sujeito à incerteza; nem sequer a possibilidade de se ganhar na loteria. (...) Até as condições meteorológicas são apenas moderadamente incertas. O sentido que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e da taxa de juros daqui a 20 anos, ou a obsolescência de uma nova invenção (...) Sobre estes problemas não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico. Simplesmente nada sabemos a respeito”. (KEYNES, 1937a)

INTRODUÇÃO

“A influência não era apenas acachapante; ...era emocionante, estimulante, o início de um renascimento, o abrir-se de um novo céu sobre uma nova terra, éramos os precursores de uma nova revelação, não tínhamos medo de nada...” (KEYNES, 1933)

John Maynard Keynes foi o primeiro teórico a introduzir, de maneira sistematizada e inovadora, a incerteza no cerne do pensamento econômico e, assim, levantar a questão do âmbito da racionalidade nas decisões dos agentes econômicos, em aberto contraste com a racionalidade otimizadora e instrumental característica do pensamento ‘clássico’ então dominante. A preocupação constante de Keynes em entender os fundamentos racionais dos julgamentos e das crenças que influenciam as ações e decisões humanas deve ser recuperada desde os fundamentos filosóficos que ele estabelece em textos anteriores à *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* (doravante *Teoria Geral*), e nos quais discute o que entende por racionalidade, como em especial em seu *Tratado da Probabilidade*, publicado em 1921.

A relevância da contribuição de Keynes, ao inovar a teoria econômica por meio do tratamento das decisões sob incerteza, defendemos, pode ser melhor apreendida se, em lugar de circunscrita à análise e interpretação de suas contribuições na *Teoria Geral*, for considerada como resultado da construção de seu pensamento e proposições a partir de uma tensão permanente entre demandas de reflexão filosófica e econômica. Assim, uma interpretação mais larga acerca da relevância da contribuição do tratamento das decisões sob incerteza em Keynes pode ser estabelecida a partir de uma perspectiva mais ampla.

Nesse sentido, nos alinhamos a uma agenda de pesquisa que, desde os anos 1980, a partir dos trabalhos seminais de O'Donnell (1989); Skidelsky (1983); Carabelli (1988) e Lawson e Pesaran (1985), busca reavaliar a obra de Keynes, reconhecendo-o como um filósofo-economista, o Keynesianismo Filosófico. Por meio do resgate de textos filosóficos de Keynes, inéditos ou não, se busca melhor compreensão da sua teoria econômica, concebida a economia como um todo orgânico e complexo. As principais fontes dessa agenda, como nos lembra Andrade (2000, p.3), são a “*Juvenilia*”, uma série de textos não publicados, escritos principalmente no período 1904 – 1910), seu livro “filosófico” *par excellence*, *A Treatise on Probability* (1921), além de *Essays in Persuasion* (1931), *Essays on Biography* (1933), a *Teoria Geral* (1936), e outros artigos, textos, notas de aula, correspondências etc, espalhados

ao longo de sua vasta obra, editados a partir dos anos 1970 por encomenda da Royal Economic Society, *The Collected Writings of John Maynard Keynes*.

Keynes (5/6/1883 – 21/4/1946) viveu em uma época marcada por acontecimentos e ideais mundialmente relevantes: a *Belle Époque*, as consequências de duas grandes guerras, o declínio da Inglaterra como potência mundial e a ascensão dos Estados Unidos, o avanço tecnológico, o fortalecimento dos sindicatos, o aumento dos movimentos financeiros e do comércio mundial, a degradação da era Vitoriana. Um momento de crise da razão, em que a vida moral e religiosa estava em declínio e crescia o questionamento da autoridade estabelecida bem como a consciência dos problemas sociais. O termo crise se torna frequente e velhas certezas eram transformadas em incertezas. Em 1919, ano em que participou da Conferência de Paz de Paris, escreveu e publicou *As Consequências Econômicas da Paz*, no qual critica o Tratado de Versalhes e já previa a possibilidade de outra guerra, na medida em que os representantes das nações vencedoras insistiam em impor indenizações e reparações às nações vencidas que, a seu juízo, se traduziam em verdadeiras humilhações, não sem antes comprometer o objetivo de alcançar a estabilidade das relações internacionais a fim de evitar a repetição do desastre civilizatório da guerra.

Keynes foi um filósofo antes de se tornar economista, e sua escolha de se dedicar ao estudo da economia pode ser compreensível pelas singularidades de sua formação filosófica, quando estudante na Universidade de Cambridge. Keynes integrou o Grupo de Bloomsbury, formado por filósofos, artistas e intelectuais que se denominavam como um grupo de amigos e que concebiam ideias à frente de seu tempo, todos dispostos a contestar a ordem e a visão de mundo predominantes. Em seus *Essays in Biography*, Keynes (1938a) observa:

“Nada tinha importância a não ser os estados de espírito, os nossos e os das outras pessoas naturalmente, mas sobretudo os nossos. Esses estados de espírito não se achavam associados à ação, nem à consecução, nem a consequências. Consistiam em estados intermináveis, apaixonados, de contemplação e comunhão, largamente desligados do “antes” e do “depois”. O seu valor dependia, de acordo com o princípio da unidade orgânica, do estado de coisas como um todo que não podia ser proveitosamente analisado por partes. Assim, por exemplo, o valor do estado de espírito de estarmos apaixonados não dependia tão-só da natureza das nossas emoções, mas também do valor do objeto delas e da reciprocidade e natureza das emoções do objetos (...) Os objetos apropriados da contemplação apaixonada e da comunhão eram a pessoa amada, a beleza e a verdade, e nossos principais objetivos na vida eram o amor, a criação e o gozo da experiência estética e a busca do conhecimento. Deles o amor vinha disparado em primeiro lugar...(...) Figurávamos entre os últimos utopistas, ou melioristas como às vezes são chamados, que acreditam no progresso moral contínuo, em virtude

do qual a raça humana já consiste em pessoas de confiança, racionais e decentes, influenciadas pela verdade e por padrões objetivos, que podem ser seguramente libertadas das regras inflexíveis de conduta, e entregues, a partir de agora, ao seus próprios recursos apreciáveis, aos seus motivos puros e às suas seguras intuições do bem.”

A vivência de Bloomsbury, seu racionalismo, seu otimismo geral e a importância que conferia aos indivíduos deixaram marcas em Keynes e sua obra. Russell e Moore foram influentes para o pensamento de Keynes. Sua concepção sobre ética foi instigada, sobretudo, por Moore, para o qual a indagação acerca do que é bom era essencial.

Russell, Moore e Brentano influenciaram em grande medida o pensamento de Keynes. Russell acerca da probabilidade, em construir uma teoria lógica desta, sobre a verdade e na questão do conhecimento. Disse Russell (1910), aqui citado por Crespo (2005, p. 91):

“Desejo propor à consideração favorável do leitor uma doutrina que receio que possa parecer tremendamente paradoxal e subversiva. Ei-la: é indesejável acreditar numa proposição quando não há menor base para supô-la verdadeira.”

No capítulo 26 do *Tratado da Probabilidade*, intitulado “A probabilidade aplicada a conduta”, ao analisar a teoria ética de Moore, Keynes afirma que a questão da ação correta deve ser tratada em virtude de um “julgamento intuitivo”. Este julgamento é guia prático para a ação. Para Moore (1903, p. 135), “nunca poderemos saber sobre que evidência descansa uma proposição ética, a menos que conheçamos a natureza da noção que torna ética a proposição”. Em *My Early Beliefs*, Keynes recorda que em 1903, seguindo a Moore, ambos concordavam que o conhecimento dos bons estados da mente era

“uma questão de inspeção direta, de intuição no analisável e direta acerca da qual era inútil e impossível argumentar (...) como qualquer outro ramo da ciência, não se tratava mais que da aplicação da lógica e a análise racional ao material apresentado como dados dos sentidos. Nossa apreensão do bem era exatamente a mesma que nossa apreensão do verde”. (KEYNES, 1938a, pp. 437-08)

Keynes (1921) exemplifica dizendo que amarelo é uma cor, é um dos dados que chega ao conhecimento direto da proposição correspondente e trata-se da mesma cor, o amarelo, que Moore coloca como exemplo. No *Tratado da Probabilidade*, pois, vemos que não podemos definir a probabilidade, porque não podemos analisá-la em termos de ideias mais simples.

“É o mesmo motivo pelo qual Moore não pode definir bom, ou amarelo: porque são noções simples. Estas proposições que ele chama ‘intuições’ são ‘proposições de primeira classe’ ou ‘classe evidente por si só’, incapazes de demonstração... Parece claro que Moore pode ter marcado a Keynes com seu conceito de intuição e ter deixado uma certa marca em sua teoria da verdade.

Embora não sejam idênticas, mantêm a mesma direção: vai da verdade à certeza”. (CRESPO, 2005 pp.111-12)

Keynes não define o que é verdade, mas a diferencia de certeza – a verdade em Keynes é uma questão de coerência. Brentano quer conceder à ética um regimento lógico e Keynes uma teoria da probabilidade, mas ambos consideram que podemos chegar a diferentes conhecimentos, e as premissas objetivas têm que chegar a mesma conclusão. Tanto em Keynes quanto em Brentano há conhecimento direto.

“Teríamos dois significados de verdade, a ontológica e a lógica, com relações similares; entretanto, enquanto a verdade lógica, para Brentano, é o julgamento (a atividade intelectual), para Keynes é a proposição (o resultado dessa atividade). Para Brentano há certos julgamentos imediatamente evidentes (*insightful*), cujas proposições são certas e universalmente válidas, paralelas às intuições ou conhecimentos diretos de Keynes.” (CRESPO, 2005, p.115)

CAPÍTULO I – Keynes e a Filosofia da Prática

“Acho a Economia cada vez mais satisfatória, e creio que sou bom na matéria. Quero administrar uma estrada de ferro ou organizar um truste... é tão fácil e fascinante dominar os princípios dessas coisas.” (KEYNES, 1905, *apud* Moggridge, 1981, p.20)

Uma forma empobrecedora de conhecer o pensamento de Keynes é pensá-lo apenas como um economista. Keynes deve ser interpretado e reconhecido como um filósofo-economista. Sua vasta obra é uma construção mais abrangente de uma perspectiva filosófica sólida para uma teoria econômica alternativa. Isto porque, para ele, a economia é uma ciência moral, que lida com valores, introspecção, paixões, incertezas psicológicas, expectativas. Há uma tensão permanente das questões filosóficas e econômicas, se faz necessário analisar a totalidade. Para a compreensão do Keynes economista, é fundamental que se perceba o filósofo e suas questões nas áreas de lógica, epistemologia, ética, filosofia política e metodologia, porque a economia é um ramo da lógica, modo de pensar que requer escolha de modelos importantes para o mundo contemporâneo, porque lida com a introspecção e valores e porque é uma ciência moral. Difere-se, assim, da lógica positivista dos neoclássicos, em que a economia é tratada como uma ciência natural. Devido à complexidade do ser humano, Keynes concebe a economia como um todo orgânico complexo. As interações acontecem não apenas pela soma das partes, as partes de um sistema estão organicamente interconectadas, diferentemente de um agregado das partes em relação às suas posições no todo – sistemas complexos apresentam mecanismos de auto-organização, resultado tanto da agregação quanto da interação das partes, e estão em geral fora do equilíbrio.

Skidelsky (1983, 1996) se refere à teoria da prática, à teoria da ação de Keynes como a expressão de suas crenças sobre ética e probabilidade, desenvolvidas antes da Primeira Guerra Mundial, em suas teorias política e econômica. Keynes se preocupou em entender os fundamentos racionais das crenças e julgamentos que influenciam as ações humanas, aplicando sua teoria da probabilidade a questões éticas, políticas, econômicas e psicológicas. Questionou quais são os princípios da escolha e ação racionais quando o futuro é desconhecido ou incerto. Preocupava-se com racionalidade dos meios e não a racionalidade dos fins, mesmo que a correção das ações tenha que ser julgada com referência aos fins e aos meios.

“Keynes dizia que o espírito pode muitas vezes ‘reduzir’ a incerteza a uma probabilidade, ‘intuindo’ que alguns resultados são mais ou menos prováveis do que outros, ‘percebendo’ uma relação probabilística entre a prova (a premissa) e a conclusão de um argumento. Esta percepção sanciona um ‘grau de crença’ na conclusão. A lógica que ele propõe é a de uma vinculação parcial. A conclusão é qualquer resultado que nos interesse.” (SKIDELSKY, 1996, p.51)

A preocupação de convencer o público alvo, e se fazer entender por este, está presente na teoria de Keynes, já que, para ele, a partir da transformação de crenças e opiniões, torna-se possível transformar a realidade.

“(...) cabeça fria e coração quente, desejosos de dar pelo menos parte da sua melhor capacidade de atracar-se com os sofrimentos sociais que o cercam; resolvidos a não descansar satisfeitos enquanto não tiverem feito o que podem para descobrir até que ponto é possível tornar acessíveis todos os meios materiais de uma vida refinada e nobre.” (KEYNES, *apud* Moggridge, 1981, p.23)

O Estado deve ser o mais influente ator social, coordenar políticas econômicas, ser consciente dos problemas (desemprego, desigualdades) e instabilidades inerentes ao sistema capitalista, atuar no controle de seus efeitos e, assim, superá-los. Como assinala Garlipp (2001, pp.198-99),

“A advocacia favorável às intervenções governamentais resulta, assim, não apenas do caráter alternativo e revolucionário da sua construção teórica, mas porque dela se desdobram políticas econômicas capazes de contra-arrestar a tendência intrínseca ao próprio modo de operação do capitalismo: gerar desemprego e injusta distribuição da renda e da riqueza.

Observamos que a preocupação maior de Keynes a esse respeito deriva de seu ceticismo em relação à capacidade de autorregulação do mercado, e por isso refere-se à necessidade de o Estado assumir maior responsabilidade na organização dos investimentos, por meio de uma política de regulação que vise minimizar a instabilidade. A ação do Estado defendida por Keynes deriva da identificação que ele faz acerca da natureza intrinsecamente instável da economia capitalista, cujo modo de operação é marcado pela contradição entre racionalidade individual e social, antes que pela harmonia social advogada pelos adeptos do *laissez-faire*. A ação do Estado, um justificado meio de a sociedade exercer o controle consciente sobre a economia, é a resposta de Keynes à incapacidade de autorregulação da economia capitalista, posto que a operação da ‘mão invisível’ não produz a harmonia apregoada entre o enriquecimento privado e a criação de riqueza nova para a sociedade”.

Nestes termos, podemos afirmar que a filosofia da prática de Keynes é a teoria pautada na ação.

I.1 – Fundamentos filosóficos: lógica, epistemologia, ética, filosofia política e metodologia.

A lógica estuda os princípios gerais do pensamento válido, discutindo características dos juízos, mas não como fenômenos psicológicos e, sim, exprimindo conhecimentos e crenças. O conhecimento é realizado por representações mentais da realidade, e pelo raciocínio é possível unir juízos e proposições, relações conhecidas que levam a outra relação até então desconhecida. A lógica é a estrutura que liga premissa e conclusão e a probabilidade é a relação lógica que se obtém, pelo raciocínio, dos dois lados. O *Tratado da Probabilidade* inicia nos dizendo que uma parte de nosso conhecimento é obtida diretamente e outra parte através do raciocínio. Keynes e sua teoria da probabilidade dedicam-se ao estudo do conhecimento que é obtido pelo raciocínio (que faz parte do estudo da lógica) e dos resultados daí obtidos com seus diferentes graus, conclusivos ou não conclusivos, já que na metafísica, na ciência e no comportamento, a maioria destes raciocínios em que baseamos nossas convicções racionais é aceita como inclusiva, não aspirando à certeza (posto que, para o autor, no exercício concreto da razão, não nos servimos apenas da certeza, nem seria irracional depender de um raciocínio duvidoso), diferente de outras áreas como geometria e silogismo, que necessitam de resultados conclusivos. E é por tal motivo que se faz necessário o estudo da probabilidade para estes ramos do conhecimento.

Skidelsky, reconhecido como o maior dos biógrafos de Keynes, considera a epistemologia deste sendo intuicionista, porque para Keynes a intuição é mais importante do que a experiência sensorial para o fundamento do conhecimento. Keynes dizia que é possível intuir que determinados resultados são mais prováveis, atentando-se pela relação da premissa com a conclusão de um argumento - resultado de uma operação mental que nos dá o grau de crença na conclusão. Está no *Tratado da Probabilidade* que o grau mais elevado de crença racional corresponde ao conhecimento. Keynes chama de proposições os objetos de conhecimento e de crença, em oposição aos objetos de entendimento direto, que denomina por sensações, significados e percepções. Nosso conhecimento sobre proposições pode ser obtido diretamente, por entendimento, e indiretamente, por raciocínio, pela relação de probabilidade entre proposições. Então, nos diz que o conhecimento direto – experiência, sensações, ideias, significados que compreendemos, percepções – é parte de nossa crença racional que se baseia no conhecimento e, o indireto, existe através do raciocínio. Keynes afirma:

“Ora, nosso conhecimento de proposições parece ser obtido de duas maneiras: diretamente, como resultado da contemplação de objetos do entendimento; e indiretamente, através do raciocínio, mediante a percepção da relação de probabilidade da proposição, a respeito da qual procuramos conhecimento, com outras proposições. No segundo caso, pelo menos de início, o que conhecemos não é a proposição em si, mas uma proposição secundária que a inclui. Quando conhecemos uma proposição secundária que envolve a proposição p como objeto, torna-se possível dizer que temos um conhecimento indireto a respeito de p .” (KEYNES, 1921, CW VIII, p. 12)

A partir do conhecimento direto das relações lógicas, é possível obter o conhecimento direto das proposições secundárias, alcançando as relações de probabilidade e ao conhecimento indireto das proposições primárias.

“Tomemos exemplos de conhecimento direto. De conhecimento com a sensação de amarelo posso passar diretamente para um conhecimento da proposição "tenho uma sensação amarela". De conhecimento de uma sensação de amarelo e com os significados de ‘amarelo’, ‘cor’, ‘existência’, posso passar a um conhecimento direto das proposições ‘entendo o significado de amarelo’, ‘minha sensação de amarelo existe’, ‘amarelo é uma cor’. Assim, por algum processo mental, difícil de ser descrito, somos capazes de passar de entendimento direto das coisas para um conhecimento de proposições sobre as coisas, das quais temos sensações ou cujo significado compreendemos”. (KEYNES, 1921, CW VIII, pp. 12-13)

Keynes entende, pois, que argumento é a passagem de uma proposição - de que temos conhecimento - para o conhecimento de outra, a qual ocorre por meio da contemplação e da relação entre as mesmas. Ele chama por conhecimento incompleto aquele em que não percebemos as relações lógicas entre as proposições, e por conhecimento próprio aquele que percebemos as diferentes relações lógicas. Keynes considera, ainda, que nem sempre é possível saber se o que temos das proposições é conhecimento direto ou interpretação, e que a memória é um tipo de conhecimento. Em todo conhecimento há um elemento direto e a lógica nunca pode se dar de forma mecânica.

Vale notar que, para Keynes, o termo ‘certeza’ “é, às vezes, empregado num sentido meramente psicológico, para descrever um estado de espírito sem referência aos fundamentos lógicos da crença”. Ele afirma não se interessar por esse sentido, mas sim quando o termo ‘certeza’ é usado “para descrever o mais alto grau de crença racional”. Diz ainda que o conhecimento do indivíduo diz respeito a própria existência e as próprias sensações, de modo que não devemos falar de um conhecimento absoluto, e os conhecimentos de axiomas da lógica podem parecer mais objetivos,

“Mas devemos admitir, penso eu, que isto é relativo à constituição da mente humana, e que essa constituição pode variar em algum grau de homem para homem. O que é auto-evidente para mim e o que eu realmente sei, pode ser apenas uma crença provável para você, ou pode não fazer parte de suas crenças racionais. E isto pode ser verdade não só para coisas como *minha* existência, mas também para alguns axiomas lógicos. Alguns homens - na verdade é obviamente o caso - podem ter um maior poder de intuição lógica do que outros. Além disso, a diferença entre alguns tipos de proposições sobre as quais a intuição humana parece ter poder, e outras, sobre as quais não tem, pode depender inteiramente da constituição de nossas mentes e não ter significado para uma lógica perfeitamente objetiva. Não podemos mais supor que todas as proposições secundárias verdadeiras são ou deveriam ser universalmente conhecidas, nem que todas as proposições primárias verdadeiras são conhecidas. As percepções de algumas relações de probabilidade podem estar além do poder de alguns, ou de todos nós.” (KEYNES, 1921, CW VIII, pp. 17-18)

A epistemologia é a teoria da ciência e reflete limites do conhecimento humano e da sua natureza, seus postulados, métodos e conclusões sobre o saber científico, paradigmas e relações com a história e sociedade, a racionalidade da crença, toda a teoria do conhecimento.

Em correspondência travada com R. F. Harrod, Keynes (1938b) define seu pensamento sobre a epistemologia: “a economia é essencialmente uma ciência moral, não natural. Quer dizer, emprega a introspecção e os juízos de valor”. Para ele, as técnicas de matemática são de grande ajuda, mas não são bom guia para a economia, desconfiando de seus aspectos metodológicos em relação a utilidade que teria, do perigo de “perder de vista as complexidades e interdependências do mundo real”.

Segundo Keynes, “não podemos esperar generalizações exatas” para um complexo tema como é o econômico, um tema que a precisão é desnecessária. A exatidão não é o principal caminho para as ciências sociais, afirmava. Via a economia como ciência que se ocupa do bem estar humano e não um sistema abstrato dedutivo. As teorias muito abstratas são limitadas, se baseando em suposições contrárias aos fatos, com o que alguns economistas escolhem certas suposições por as considerarem mais fáceis, mas que estão longe dos fatos. Keynes assim considerava porque via os neoclássicos analisando somente uma parte do problema e a tomando como um todo, comparando realidades que são opostas. A economia necessita de lógica, intuição, juízo prático e conhecimento amplo dos fatos. Nesse sentido, é necessário se atentar aos detalhes e intuição frente a argumentos vagos e dados desconexos e, então, os detalhes e intuição entrarão em uma real conexão.

A epistemologia de Keynes era intuicionista, segundo Skidelsky, porque ele considerava a intuição, mais do que experiência sensorial, o fundamento do conhecimento, inclusive do conhecimento ético (tradição de Platão). A insistência de Keynes no raciocínio intuitivo na economia tinha base filosófica (sua hostilidade pela econometria também).

Na economia é preciso adaptar teorias a cada situação, já que a história nem sempre se repete e por toda complexidade que há no sistema econômico, principalmente pela complexidade de seus agentes. O caminho está em não procurar uma resposta infalível, definitiva e obrigatória, mas em encontrar uma forma lógica de raciocinar sobre problemas reais. Fatores devem ser isolados para se alcançar uma conclusão provisória. Após isso, reintegram-se fatores e se observa as interações destes e, daí, podemos observar a metodologia de Keynes.

Keynes afirma que a questão central da metodologia está em compreender: “por que se utiliza este método para este material?”, e nisso reside a importância de se adequar o método ao objeto de estudo. Disse para Harrod:

“A economia é a ciência de pensar em termos de modelos junto com a arte de eleger os modelos relevantes para o mundo atual. Está ligada a isto, pois o material ao que se aplica, a diferença dele da ciência natural típica, não é, em muitos sentidos, homogêneo através do tempo. O objetivo do modelo é separar os fatores semi-relevantes ou relativamente constantes daqueles que são transitórios ou flutuantes para desenvolver uma forma lógica de pensar acerca dos últimos e entender as sequências temporais que as dão origem em casos particulares.

Os bons economistas são poucos pois o dom da ‘observação vigilante’ para eleger bons modelos, apesar de não requererem técnica intelectual especializada, para ser muito escasso”. (KEYNES, 1938b)

Keynes inicia sua crítica à teoria clássica pela questão do método, pelo irrealismo das suas suposições e implicações na política econômica, porque examinou a teoria clássica, seus postulados e a considerou ilógica, superficial e contraditória. A teoria clássica “vê um comportamento agregado bem comportado como regra e com seus mecanismos de ajustamento”, e isso vai contra a noção de economia como um todo orgânico complexo.

O método de Keynes, em contraste com o da teoria oponente, é aquele que propõe perceber o indivíduo como orgânico e não-atomístico, conectado com os demais indivíduos, que são os principais atores do sistema. A natureza do indivíduo se transforma e é dependente de suas relações com o todo. As decisões individuais são tomadas em um universo temporal, orgânico e interdependente, o que significa a dependência das partes em relação ao todo. Não é possível saber o impacto que terá uma decisão individual sem que se tenha antes o

conhecimento do que todas as decisões individuais no ponto de demanda efetiva causarão – e aqui é estabelecida a orgânica interdependência entre decisão individual e decisão agregada.

Keynes utilizou o método de Moore para dar significado ao conceito de incerteza. Daí se segue a distinção entre incerteza mensurável por probabilidade e cálculo e incerteza em que não há nenhuma base para avaliar racionalmente o que é mais provável de acontecer (incerteza fundamental). Mas a ignorância quanto ao futuro não impossibilita um julgamento racional sobre as ações.

Ainda na correspondência com Harrod, disse que a “conversão de um modelo a uma forma quantitativa equivalia a destruição de sua utilidade como instrumento de pensamento”, e que “o especialista na fabricação de modelos não terá êxito a não ser que esteja constantemente corrigindo seus juízos por um contato íntimo e desordenado com os fatos em que se aplica os modelos”. Na metodologia de Keynes era preciso ter “os dados à vista, conhecimento teórico prévio, juízo prático, imaginação intuitiva e intuição prática para se chegar a resultados satisfatórios de problemas reais”, dando muita importância a história e experiência.

Muito importante também era a retórica para se conseguir alguma medida econômica ou convencer alguma opinião. “O que exatamente você quer dizer?” Essa questão, presente na metodologia de Moore, também influenciou Keynes, que absorveu além do método o realismo para se buscar a verdade. A colocação certa e clara de perguntas exatas, a linguagem precisa, análise cuidadosa de cada sentença e palavra, ajudariam no esclarecimento de ideias vagas. O método é mais importante do que a conclusão. Keynes foi um grande historiador e matemático, tratou ao mesmo tempo do particular e do geral, do temporal e do eterno.

Keynes veio de uma família conservadora da Era Vitoriana, foi parte da primeira geração dos “perturbados pelas dúvidas” e que não apoiavam a moral Vitoriana pela sua hipocrisia e falsos pudores. Keynes fazia parte de uma geração que sentia necessidade de possuir crenças verdadeiras, autênticas. Via importância em fazer conexão entre as crenças e os atos, desejava constantemente justificar ações referindo-se às suas crenças. Cálculos e atos serviam aos fins em que acreditava. Ganhava, assim, uma autoridade moral.

A opinião de Crespo é que estes anti-vitorianos ou reformistas foram mais ainda vitorianos não abandonando sua aristocracia, porque a visão do homem ideal para Keynes é clássica. O “ideal” era uma sociedade que é civilizada porque está composta por homens

virtuosos e por corporações inspiradas por um espírito de serviço público. Keynes era um liberal, mas desejava um “novo liberalismo” que colocasse as forças econômicas agindo para a justiça e estabilidade social. Tinha paixão limitada pela reforma social, já que para ele, esta poderia diminuir a bondade ética do mundo, pois retirava os maus estados das coisas. Via que o problema político dos homens residia na eficiência econômica (que precisa de sentido, prudência e conhecimento técnico), justiça social (que pede um espírito desinteressado e entusiasta, que ame o homem comum) e liberdade individual (com tolerância, amplitude de vista, independência, com oportunidades).

“Assim, pela primeira vez desde sua criação, o homem estará frente a frente com seu real e permanente problema – como usar sua libertação dos cuidados econômicos prementes, como ocupar o lazer, que a ciência e os juros compostos terão ganho para ele, para viver sabiamente, agradavelmente e bem. Os aguerridos fazedores de dinheiro podem levar-nos todos nós junto a eles no colo da abundância econômica. Mas serão aquelas pessoas – que podem manter viva e cultivar em uma perfeição mais completa a arte da vida em si e não vender-se para os meios de vida – que poderão desfrutar a abundância quando ela vier.” (KEYNES, 1930)

Muito do pensamento de Keynes sobre ética (e sua opinião sobre os estados psicológicos e poder das emoções humanas) foi herdado de Moore e sua obra *Principia Ethica*, de 1903. Moore desejava descobrir os princípios fundamentais da razão ética. Ao tomar contato com ele, incluindo sua opinião sobre os estados psicológicos e o poder das emoções humanas, Keynes aprendeu com Moore sobre o bem, que, segundo ele, é uma propriedade que conhecemos intuitivamente, uma propriedade simples e não natural; aprendeu sobre os estados de espírito, bons e maus e que são anteriores às boas e más ações; e sobre estados de consciência, relacionamento humano, apreciação de belos objetos (e para Keynes o amor ao conhecimento também).

Havia, para Keynes, dois problemas no que disse Moore: ele não ter estabelecido uma base racional para o comportamento altruísta e não é possível termos a total noção sobre os estados de espíritos dos outros. Keynes desejava descobrir uma base racional para julgamentos individuais no campo da probabilidade. Ele planejou um tratado completo de ética que se dividia em duas grandes partes, Ética Especulativa - com alguns temas lógicos ou quase metafísicos, com a noção de bem - e para Moore preliminares de qualquer ética que deseja ser científica; e Ética Prática – que se ocuparia da conduta, da virtude, da educação e da política. Keynes considera os fins morais da ação individual como também sujeitos a julgamentos racionais, de sorte que uma ação deve ser julgada racional na medida em que seus meios e fins, considerados em conjunto, o sejam.

O conceito de unidade orgânica também influencia esse pensamento. Faz notar o todo se relacionando e o conhecimento acerca de um sistema complexo como necessariamente incompleto. A ética não era uma ciência devido a incerteza, pois as consequências infinitas de nossas decisões não são possíveis de se medir e de saber, na medida em que continuam pelo tempo indefinido. Não há como saber, então, quais ações produzem o bem. Para Moore, deveríamos deixar os padrões rígidos que tentavam medir o certo e o errado e nos voltarmos para padrões cotidianos e práticos para que a ética fornecesse regras ao senso comum. Moore identificava como questão ética primordial “o que é bom?”. Como conhecemos o bom e o ideal? Moore propõe a intuição como modo de conhecer o que é “bom”.

Ao discutir a filosofia política de Keynes, O'Donnell (1989) diz que este possuía um projeto político marcado por uma visão de utopia, a transformação evolutiva do capitalismo e uma sociedade eticamente racional eram seus ideais. Em tal utopia, o Estado tem deveres importantes a desempenhar. O Estado deve ser guardião do bem comum, agente da racionalidade social, protetor da liberdade pessoal, promotor de parcerias com o setor privado. As atividades financiadas pelo Estado devem levar em conta critérios não comerciais e as reformas conduzidas pelo Estado devem ter moderação e gradualismo.

Keynes falava sobre “a vida boa”, que deveria ser preocupação suficiente, sem a necessidade perpétua de bens materiais e com o fim do “império da ganância”, já que a abundância não mais seria necessidade, a necessidade seria uma vida plena. Para o autor, o progresso tecnológico e o crescimento econômico não poderiam ser considerados objetivos únicos, não acreditava que as realizações humanas pudessem se reduzir à acumulação de riquezas. As coisas “boas em si mesmas” e que deveríamos procurar atingir são os “estados da mente elevados”, estes poderiam ser alcançados pelo amor, criação, contemplação de obras artísticas e pela busca do conhecimento.

Ainda no artigo *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos*, ao tempo em que descreve as possibilidades econômicas para os próximos cem anos, Keynes verbaliza seu horror ao igualitarismo utilitarista de Bentham e aos princípios metafísicos do *laissez-faire*.

“Devemos abandonar os falsos princípios morais que nos conduziram nos últimos dois séculos. Eles colocaram as características humanas mais desagradáveis na posição das mais elevadas virtudes. Não há nenhum país, nenhum povo que possa vislumbrar a era do tempo livre e da abundância sem um calafrio... Pois fomos educados para o esforço aquisitivo e não para fruir... Se avaliarmos o comportamento e as realizações das classes abastadas de hoje, as perspectivas são deprimentes... Os que dispõem de rendimentos

diferenciados, mas não têm deveres ou laços, falharam, em sua maioria, de forma desastrosa no encaminhamento dos problemas que lhes foram apresentados”. (KEYNES, 1930)

Com o avanço tecnológico e a acumulação produtiva, o capitalismo tornou possível a superação das limitações impostas à satisfação das necessidades básicas. Porém, no momento em que a acumulação se torna uma prioridade insaciável, gera problemas, e a promessa de uma vida boa para a população se torna inalcançável. Isso porque, sob o capitalismo de *laissez-faire*, o “amor ao dinheiro” é o motor da economia mercantil-capitalista:

“O ‘amor ao dinheiro’ como uma posse - como distinto do amor ao dinheiro como meio para os prazeres e as realidades da vida - será reconhecido pelo que ele é, algo como uma morbidez asquerosa, uma dessas tendências semicriminosas e semipatológicas com as quais lidam com um tremor os especialistas em doenças mentais.” (KEYNES, 1930)

Para superar o problema econômico, deve-se evitar as guerras e a instabilidade social, conter o crescimento populacional e focar a ciência para o progresso social. A injustiça, a miséria e o desemprego não foram esquecidos por Keynes, que entendia que a conquista do ideal de vida plena seria efetivada somente com o alcance da estabilidade política, do conforto material e da liberdade intelectual. Algo que requer a consideração de que “o problema econômico é uma questão de economia política, isto é, da combinação entre teoria econômica e a arte da gestão estatal”. (KEYNES, 1931)

O sério compromisso com questões sociais práticas foi herdado por Keynes da natureza ética da economia de Cambridge, tanto na época de Marshall quanto mais tarde. Nesse compromisso com questões sociais, defendia uma forte administração do capitalismo, em franca rejeição ao *laissez-faire*:

“Não é verdade que os indivíduos possuem uma ‘liberdade natural’ prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que já os têm ou aos que os adquirem. O mundo *não* é de forma alguma governado pela Providência de modo que sempre coincidam o interesse particular e social... Não é correto deduzir dos princípios da Economia Política que o auto-interesse esclarecido atue sempre a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse *seja* em geral esclarecido... A experiência *não* demonstra que os indivíduos, quando integram um todo social, sejam sempre menos esclarecidos do que quando agem isoladamente” (KEYNES, 1926, CW IX, pp. 287-88).

Percebe-se, assim, o quanto Keynes ironizava a ideia de que o bem-estar coletivo seria alcançado pela busca do interesse privado, pois para ele não era correto se pensar que o egoísmo atenderia ao interesse público. O individualismo econômico, o *laissez-faire*, deixado sem controle, desestabiliza o sistema capitalista. Keynes também fazia da persuasão uma

importante estratégia para influenciar opiniões tanto do público quanto do privado. Não poderia haver, segundo ele, uma diferença entre opinião externa e interna sobre qualquer acontecimento.

I.2 – As perspectiva filosófica e econômica.

Keynes foi beneficiado pela riqueza intelectual de seu meio, pelos amigos de Blomsbury e a vida em Cambridge, pelo contato com pensadores de seu tempo. Questionou a finalidade do capitalismo, uma forma de organização social imperfeita, se interessava por artes, foi habilidoso financista e historiador, possuía grande capacidade de persuasão e paixão por aquilo que acreditava. Esses detalhes ajudam a entender a originalidade do pensamento de Keynes.

Uma das preocupações permanentes de Keynes era entender os fundamentos racionais dos julgamentos e crenças que influenciam as ações humanas, aplicando sua teoria da probabilidade a questões econômicas, políticas e éticas, com a economia girando em torno de sua filosofia, por isso é empobrecedor considerá-lo apenas um economista. Para entendê-lo como economista é preciso analisar seus escritos filosóficos, não olhá-lo como autor de uma obra só.

Keynes cita Max Planck por este ter desistido de estudar economia, considerando-a muito difícil porque é permeada por incertezas e pela complexidade do sistema econômico, que começa pela complexidade de seus agentes. Escreveu para R. F. Harrod:

“Parece-me que a economia é um ramo da lógica, um modo de pensar; e que você não repele com firmeza suficiente as tentativas... para transformá-la em ciência pseudonatural... A economia é uma ciência de pensar em relação a modelos ligada à arte de escolher modelos importantes para o mundo contemporâneo. Tem a obrigação de ser isso porque, à diferença da ciência natural típica, o material a que se aplica, em muitíssimos aspectos, não é homogêneo durante o tempo todo. O objetivo do modelo consiste em isolar os fatores semipermanentes ou relativamente constantes dos transitórios ou flutuantes, de modo que se desenvolva uma forma lógica de pensar a respeito dos últimos... Os bons economistas são escassos porque o dom de usar a ‘observação vigilante’ para escolher bons modelos, embora não exija uma técnica intelectual altamente especializada, parece ser muito raro. Quero também enfatizar vigorosamente o fato de ser a economia uma ciência moral. Eu já disse que ela lida com a introspecção e com valores. Poderia ter acrescentado que lida com motivos, expectativas, incertezas psicológicas. Devemos precaver-nos constantemente de tratar o material como constante e homogêneo. Como se a queda da maçã dependesse dos motivos da maçã, de

saber se vale a pena cair no chão, se o chão quer que a maçã caia e de cálculos errados da parte da maçã acerca da distância em que se encontrava do centro da terra”. (KEYNES, 1938b)

Mesmo com a complexidade e com a incerteza, Keynes acreditava que o caos não seria inevitável. Em artigo dirigido aos críticos da *Teoria Geral*, Keynes (1937a) defende que uma instituição racional poderia balizar a tomada de decisão em ambientes incertos, e acreditava no poder da razão para organizar o sistema. A força de mudar eventos econômicos era outra componente capaz de influenciar opiniões no longo prazo, que juntamente com a persuasão poderiam conduzir a articulação necessária entre opiniões externas e internas. Acreditava que era preciso discutir com pessoas inteligentes, que a opinião pública devia ser guiada sabiamente, e esta estava aberta para uma persuasão racional. Mas também sabia das dificuldades acerca disto:

“A dificuldade, com efeito, não está na opinião pública, de maneira alguma. O público está pronto para o que der e vier e vale o seu peso em ouro. São os malditos políticos, cujas mentes malditas não foram suficientemente preparadas para o que não era familiar aos seus antepassados. Se a coisa fosse patrocinada e levada a efeito com uma liderança responsável, não haveria praticamente oposição alguma”. (KEYNES, 1933)

Keynes possuía “aversão à teoria por amor a teoria, e quase completa absorção em questões de política”, sendo o economista ideal para ele um técnico especialista que pensasse em coisas práticas, como afirmou em *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos*: “Se os economistas pudessem dar um jeito de serem considerados como pessoas humildes e competentes, num mesmo nível que os dentistas, seria excelente!”. (KEYNES, 1930).

Não podemos enxergar Keynes somente como um lógico. A intuição está presente em seu pensamento e, se para ele era primitiva, era também essencial nos processos de criação. Como disse Moggridge (1981, p. 27), “a intuição costumava correr um pouco à frente da análise formal, e Keynes esperava muitíssimo dos leitores”, como bem ilustra sua posição nos rascunhos da *Teoria Geral*:

“Quando escrevemos sobre uma teoria econômica, escrevemos num estilo quase formal; e não pode haver dúvida, apesar das desvantagens, de que este é o melhor meio de que dispomos para transmitir nossos pensamentos uns aos outros. Mas quando um economista escreve num estilo quase formal, ... nunca enuncia todas as suas premissas e suas definições não são perfeitamente nítidas. Nunca menciona todas as qualificações necessárias às conclusões. Não tem meios de enunciar, de uma vez por todas, o nível preciso de abstração em que se move, e não se move no mesmo nível durante o tempo todo. É da natureza da exposição econômica, creio eu, dar, não um enunciado completo, ... mas a amostra de um enunciado, ... destinada a sugerir ao leitor todo o feixe de ideias associadas, de modo que, se ele

apanhar o feixe, não ficará confuso nem embaraçado pela falta de completação técnica das simples palavras... Isso significa, de um lado, que quem escreve sobre economia requer do leitor muito boa vontade e inteligência e grande dose de cooperação; e, por outro lado, que há um milhar de objetos fúteis e, no entanto, verbalmente legítimos, que um opositor pode levantar. Em economia ninguém pode condenar o oponente por erro – só é possível *convencê-lo* do erro. E mesmo que você esteja certo, não poderá convencê-lo, se houver uma falha em seus próprios poderes de persuasão e exposição ou se sua cabeça estiver tão cheia de noções contrárias que ele não consiga apanhar as dicas para o pensamento que você está tentando atirar-lhe”. (KEYNES, CW XIII, pp. 469-70)”

Sobre as perspectivas econômica e filosófica de Keynes, é necessário destacar que este era um racionalista, característica que fica explícita, seja na celebração de tratados de paz, na tomada de decisões sobre taxas de câmbio, sobre a política do desemprego e na resolução de questões administrativas, negociações de empréstimo. Sempre acreditou que um pouco de reflexão clara e mais lucidez poderiam resolver qualquer que fosse a questão. A sua fé na razão e nos poderes da persuasão explicam muito de seu caráter como economista, e já no fim de sua vida, admitiu:

“Como causa e consequência do nosso estado geral de espírito (quando jovens) interpretamos de maneira totalmente errada a natureza humana, incluindo a nossa. A racionalidade que atribuímos a ela conduziu à superficialidade, não só de julgamento mas também de sentimento... Ainda sofro incuravelmente por atribuir uma racionalidade irreal aos sentimentos e ao comportamento dos outros (e, sem dúvida, aos meus também). Há uma pequena porém mais do que tola manifestação dessa ideia absurda do que é “normal”, a saber, o impulso para protestar – para escrever uma carta ao Times, convocar uma reunião no Guildhall, ou contribuir para um fundo, quando não vejo satisfeitas minhas pressuposições quanto ao que é ‘normal’. Procedo como se de fato existisse alguma autoridade ou padrão para a qual poderei apelar com êxito se gritar suficientemente alto – talvez seja algum vestígio hereditário de uma crença na eficácia da oração”. (KEYNES, 1933, CW X, p. 448).

Keynes se dizia contrário à estupidez e desejava que fosse expandido o alcance da razão nos assuntos públicos para obtenção de uma sociedade desejável. Isto era diferente, por exemplo, da postura de Marshall, em que sua dedicação na economia política tinha como basilar o que aprendeu, a experiência, enquanto Keynes dedicava-se menos a experiência e observação ampla para refletir e buscar a sociedade desejável. O interesse de Keynes pelos males do mundo, certamente, foi o que levou aos grandes debates econômicos.

I.3 – Continuidades e rupturas.

A maioria dos estudos referentes a Keynes se concentrava exclusivamente na *Teoria Geral*, sem estabelecer relações com trabalhos filosóficos anteriores. Sem a leitura mais ampla da obra de Keynes, não é possível uma compreensão adequada, não é possível observar a influência mútua entre filosofia e economia e, nem ao menos, apontar a interdisciplinaridade e evolução, ou continuidades e rupturas da mesma. A agenda de pesquisa do Keynesianismo Filosófico rejeita à visão estreita que não observa tais conexões e leituras totalmente economicistas. No Keynesianismo Filosófico, a economia lida com conceitos estranhos à abordagem neoclássica, proporciona uma abordagem alternativa desde os anos 70. É válido, então, ressaltar um pouco das continuidades e/ou rupturas do pensamento e obra de Keynes.

Para Carabelli (1988, p.8), “se há rupturas na teoria econômica de Keynes, há continuidade no método”, que tem as discussões filosóficas de Cambridge como referência e está no *Tratado da Probabilidade* de forma elaborada. É uma abordagem autônoma e heterodoxa, que não surgiu como estudo técnico da probabilidade e sim como uma obra de filosofia prática e ética, e queria a aplicação da probabilidade para as ciências morais e conduta humana. O ponto em comum entre Carabelli e O'Donnell quanto à continuidade e ruptura na obra de Keynes é que, para ambos, o pensamento filosófico de Keynes é marcado mais por continuidades do que por rupturas ou grandes mudanças. Concordam que o pensamento filosófico de Keynes deve ser discutido olhando para o *Tratado da Probabilidade*. Relacionam sua filosofia ao pensamento filosófico de Cambridge e de sua época, com Moore, Russell, Ramsey, Wittgenstein e divergem sobre o verdadeiro conteúdo da filosofia de Keynes. Para O'Donnell (1989), ideias do *Tratado da Probabilidade* têm relação com a filosofia de Moore, Russell e Wittgenstein e seu argumento sobre a continuidade é mais forte que o de Carabelli. Algumas ideias presentes na *Teoria Geral* confirmam uma abordagem filosófica e analítica que se baseiam na crença racional e ideias que estão no *Tratado* podem ser consideradas como uma teoria geral da crença e ação racional sob incerteza. O'Donnell vê a filosofia de Keynes sendo uma filosofia platônica, porque na essência dos eventos do cotidiano repousam qualidades e relações atemporais que devem ser objetos próprios do julgamento em ética e economia”. Classifica Keynes como racionalista, aponta que o caminho intelectual e político dele foi marcado por uma preocupação constante quanto ao uso da razão nas várias dimensões da vida social e critica Carabelli por ela considerá-lo anti-racionalista e diferem-se também porque O'Donnell mostra mais a influência de Moore sobre Keynes do que Carabelli. Diz que ao longo da vida de Keynes

houve a tentativa de aplicar a razão para problemas teóricos e casos políticos e deu grande relevância para a base filosófica do raciocínio - a preocupação de Keynes residia nas diversas dimensões de racionalidade tanto na economia quanto na política. Para Davis (1989), as ideias filosóficas de Keynes em seus trabalhos iniciais, “pré-econômicos”, sofreram mudanças significativas ao longo do tempo e o mesmo se passou com suas ideias econômicas, que evoluíram na *Teoria Geral*.

O conceito de intuição vai perdendo seu papel estratégico na obra e pensamento de Keynes, passa a predominar o conceito de expectativa. Essa mudança de interpretação vem acompanhada da mudança de visão a respeito do julgamento como percepção autônoma do indivíduo sobre a realidade e, assim, deu espaço para a ideia de julgamento como socialmente condicionado e contingente. A evolução da teoria econômica de Keynes dependeu de desenvolvimentos originados no âmbito de seu pensamento filosófico. Um dos conceitos centrais da *Teoria Geral* é o de convenção, que remete a um enfoque de julgamento individual interdependente.

CAPÍTULO II - Probabilidade e Incerteza em Keynes

“A importância da probabilidade só pode ser derivada do julgamento de que é racional ser guiado por ela em ação; e uma dependência prática disso só pode ser justificada por um julgamento de que, em ação, devemos agir para levar em conta isso. É por esta razão que a probabilidade é para nós o ‘guia da vida’.” (KEYNES, 1921, p. 323)

Probabilidade, diz Keynes, é uma relação que existe entre dois conjuntos de proposições (as premissas e as conclusões) em argumentos não conclusivos, em argumentos que, embora racionais, não visam à certeza demonstrativa,

"Se nossas premissas consistirem de um conjunto qualquer de proposições h , e nossa conclusão de um conjunto qualquer de proposições a , então, se um conhecimento de h justifica uma crença racional em a num grau α , dizemos que há uma *relação de probabilidade* de grau α entre a e h ". (KEYNES, 1921, p. 4)

Keynes reconhecia que esta não era uma rigorosa definição de probabilidade quando fala que é impossível defini-la sem que seja feita alguma referência ao grau de crença racional (e este é indefinível, um “conceito primitivo”).

É uma relação entre as premissas (que dependem do tipo de informação disponível, experiência e intuição; e se torna possível conhecer uma relação de probabilidade levando à conclusão ou proposição primária que seja lógica) e a conclusão de um argumento lógico. Essa relação varia de acordo com a situação objetiva em que o indivíduo está envolvido, e é alcançada de forma direta, seja por analogias, seja por repetição de fenômenos por indução, que justifica os hábitos.

Com o conhecimento direto das premissas e com a relação de probabilidade, o indivíduo adquire conhecimento indireto sobre as coisas. “ $P(a/h) = \beta$ ”, com h e P conhecidos, pode estimar a ocorrência de a com probabilidade β . Assim pode ter uma crença racional de determinado grau da proposição primária, e uma crença só é considerada racional se esta for lógica. A relação de probabilidade é lógica – para uma conclusão baseada num dado conjunto de premissas h , existe somente uma relação de probabilidade P .

Outra concepção de Keynes sobre probabilidade refere-se a independência entre o caráter lógico de uma proposição e sua realização,

“Um argumento indutivo afirma, não que uma certa questão de fato seja assim, mas que, em relação a certas provas, existe uma probabilidade a seu favor. A validade da indução, em relação à evidência original, não fica

contrariada, portanto, se, de fato, a verdade se revelar de outra forma.”
(KEYNES, 1921 p.221)

Uma proposição é ou verdadeira ou falsa. Nosso estado do conhecimento acerca da proposição determinará nossa crença, que poderá ser maior ou menor, sobre sua verdade. Desse modo, o nível de conhecimento sobre determinado assunto irá modificar o *grau de crença racional* e também a *relação de probabilidade*. Apesar de isso sugerir um caráter subjetivo da probabilidade, já que esta dependeria do grau de conhecimento individual, Keynes considera que a probabilidade é pertencente ao âmbito da lógica. Segundo ele, a probabilidade não depende dos caprichos humanos, tampouco de nossa opinião, uma vez que o conhecimento está estabelecido e o que é provável ou improvável possui caráter objetivo. A teoria da probabilidade de Keynes é lógica porque se refere ao grau de crença que é racional em determinadas condições. Probabilidade não é um conceito especulativo, mas guia para conduta no dia a dia e que não isola a teoria da prática.

Para Keynes, são raras as relações de probabilidade que podem ser mensuradas, e há casos em que as probabilidades não podem ser comparadas nem sequer ordinalmente. Fato é que tomamos decisões sem possuímos nenhuma ideia numérica de probabilidades,

A interpretação da teoria da probabilidade de Keynes é organicista, não atomística – pela complexidade orgânica. Sistemas complexos são estrutural e hierarquicamente diferenciados, partes do sistema interagem e não possuem relações internas de determinação entre si. Evita o método reducionista, as partes do todo estão interconectadas. É uma lógica das crenças – conhecimento humano falível e imperfeito – mais que uma lógica da verdade. Ao rejeitar o naturalismo, Keynes não faz a redução humana a uma suposta essência natural.

Keynes considera que o conhecimento é o mais elevado grau de crença racional. Graus menores de crença racional só podem ser derivados do conhecimento de alguma proposição (racional). Ele divide as proposições em primárias, que não contém afirmações sobre relações de probabilidade, e as secundárias, que as contém e que afirmam um determinado grau de crença sobre as primárias. As proposições afirmam algo sobre o próprio argumento. É exatamente nessas proposições secundárias que se encontram as avaliações de probabilidade, e são exatamente essas as proposições que devemos conhecer. E esse conhecimento é necessário para nos basear e justificar nossa crença racional sobre as proposições primárias. A ausência desse conhecimento impede de forma completa a existência da relação de probabilidade, pois supõe a racionalidade da crença que por sua vez, só pode existir com base

no conhecimento da proposição secundária. Se a noção de probabilidade encontra-se definida a partir do conhecimento de proposições secundárias, a ideia de Incerteza encontra-se na evidência relevante que conseguimos nas premissas, que Keynes descrevia como *peso da argumento*.

"Quando utilizo 'muito incertos' não quero dizer a mesma coisa que 'muito improváveis'. Muito incerto, então, está ligado ao peso do argumento, e muito improvável está ligado ao modo que as premissas se ligam às conclusões. Passado e presente são conhecidos, mas o futuro não, pois é impossível de se calcular e prever, e pode ser intuído, mas nunca será racionalmente previsto. O futuro será sempre vago e composto de incertezas. "Uma teoria do conhecimento limitado é a arte de raciocinar com incerteza."

Importante fazer distinção, pois, entre risco e incerteza. Knight foi o primeiro a pensar a respeito. Com o risco, a distinção de resultados num grupo de casos é conhecida (seja pelo cálculo *a priori* ou por meio de estatística da experiência passada). Para incerteza o mesmo não se aplica. A razão geral é a impossibilidade de formar grupos de casos, pois a situação é em alto grau única. A definição de incerteza no *Tratado da Probabilidade* se parece com o que Knight chamou de "incerteza genuína", que difere do risco, em que a informação disponível é relevante e permite fazer cálculos numéricos precisos sobre a relação de probabilidade.

Incerteza não significa simplesmente situações que $0 < P < 1$ nem situações em que não se pode atribuir um valor numérico à relação de probabilidade. Tanto no *Tratado da Probabilidade* quanto na *Teoria Geral* uma situação de incerteza pode se dar de dois modos: o indivíduo possui informação incompleta sobre o que causa determinado evento, com o peso da evidência baixo; o indivíduo, mesmo possuindo evidência significativa, não consegue estabelecer a relação de probabilidade, por limitação intelectual de caráter subjetivo.

Keynes menciona no *Tratado da Probabilidade* situações de incerteza associadas a possíveis estados de natureza, como a possibilidade de chover amanhã, por exemplo. Menciona também a incerteza associada à interação social, com informação limitada sobre pensamentos e ações dos demais e relacionando isto com o fato de que, nas sociedades humanas, o todo não é a mera soma das decisões individuais. Dá exemplos como previsões do preço futuro da cotação de uma ação e o resultado de uma eleição. Relaciona incerteza com a limitação humana ou o alto custo de digerir uma massa de informações disponíveis, como no

caso de se possuir dados estatísticos profissionais e, mesmo assim, agir seguindo a intuição e experiência.

Há o problema sobre “o que vem a ser racionalidade”. Keynes rejeita a racionalidade e verdade demonstrativa, entre comportamento racional e certeza ou conhecimento perfeito. Economia passa a ser vista como modo lógico de pensar, não como pseudo ciência natural. Passa a ser um ramo do conhecimento em que se investiga o comportamento dos agentes econômicos em condições de incerteza, a partir de hipóteses cognitivas sujeitas e revisão frequente. O grau de confiança está associado ao grau percebido de incerteza do conhecimento relacionado a um possível evento futuro. Estimativas de eventos no futuro distante podem significar pouco, pela escassez de conhecimento. A incerteza diz respeito a uma característica do conhecimento dos eventos futuros que, pela própria natureza, não pode ser expresso em termos de uma distribuição de probabilidade quantificável. Estado de ignorância. Incerteza é atributo do conhecimento, não da realidade.

O conhecimento é vago e incerto no momento da tomada de decisão, em razão da existência de um fluxo de tempo irreversível. É limitado, devido ao alcance ilimitado de possibilidades rivais, que podem tomar forma no futuro, como resultado de nossas decisões como de outras pessoas. O conceito de incerteza em Keynes diz respeito a um estado corrente de escassez de conhecimento falível e contingente, no presente real em que são tomadas decisões, com relação a indeterminados futuros. Keynes ataca as hipóteses clássicas de Ricardo, Marshall, Edgeworth, Pigou e seguidores representativos da ‘economia clássica’:

“... ainda lidavam com um sistema no qual era dada a quantidade dos fatores empregados e os demais fatos relevantes eram tidos como mais ou menos certos.... supunha-se que os fatos e expectativas fossem dados de forma definida e calculável; e que os riscos, dos quais, embora fossem admitidos, não se tomou muita consciência, podiam ser submetidos a exatos cálculos atuariais. Supunha-se que o cálculo de probabilidade, embora se omitisse sua menção, fosse capaz de reduzir a incerteza à mesma posição calculável de certeza; exatamente como no cálculo das dores e prazeres de Bentham. Ou das vantagens e desvantagens que a filosofia benthamita supunha estar influenciando os homens no seu comportamento ético geral.” (KEYNES, 1937a)

Ainda no mesmo artigo, em resumo que faz dos principais fundamentos de sua divergência em relação à teoria ortodoxa, Keynes observa:

“[ela] supõe que temos um conhecimento do futuro de um tipo muito diferente daquele que temos de fato. Esta falsa racionalização segue as linhas do cálculo de Bentham. A hipótese de um futuro calculável conduz a uma interpretação errada dos princípios do comportamento que a necessidade de

ação nos obriga a adotar, e a uma subestimação dos fatores ocultos de profunda dúvida, incerteza, esperança e medo.”

Em contraste, a teoria formulada por Keynes está baseada em uma hipótese de um futuro não calculável – incerteza é ausência de conhecimento probabilístico, não é conhecimento probabilístico.

Segundo Dequech (2004), há dois tipos de incerteza – incerteza epistemológica e ontológica. A epistemológica fundamenta-se na epistemologia do *Tratado da Probabilidade*, a ontológica percebida a partir da noção de unidade orgânica - o todo e suas partes são interdependentes e os sujeitos, ao agirem, alteram o todo para além do que previram no momento das decisões. O tomador de decisão pode ter a incerteza diminuída – a epistemológica pela disposição de um conjunto maior de evidências, a ontológica por elementos que confirmam estabilidade à realidade. Para Davidson (1996), a incerteza é o inverso do conhecimento e a probabilidade é uma forma de conhecimento. Para Shackle (1974), incerteza tem base fragmentária, ilusória e vaga, é o fator caleidoscópico.

II.1 – As interpretações lógica, subjetiva e intersubjetiva da probabilidade.

“Para definir a probabilidade pode se usar a epistemologia – examinar, criticar e determinar seu valor objetivo.” Para Hájek (2003), há muito trabalho a ser feito em relação à interpretação da probabilidade, já que as interpretações acima podem ser consideradas complementares.

Na época que Keynes escreveu o *Tratado da Probabilidade*, a interpretação mais aceita sobre probabilidades era a frequentista – “o limite da frequência relativa da ocorrência do evento quando o número de repetições do experimento cresce indefinidamente”. Era também muito utilizada a abordagem clássica que, “partindo da suposição de um conjunto exaustivo de resultados equiprováveis, definia probabilidade como a razão do número de casos favoráveis à ocorrência do evento sobre o número total de possibilidades.”

Keynes é diferente dos frequentistas porque nessa visão, a probabilidade é uma simples proporção entre o número de casos favoráveis e desfavoráveis depois de repetições idênticas de um fenômeno, como, por exemplo, o lançamento de um dado. Keynes projetou uma espécie de lógica indutiva cuja probabilidade é uma medida de credibilidade que concede a validade das propostas, cuja inteligência se refere ao conhecimento limitado e difuso –

incerteza. Para Keynes, esta interpretação estabelece que a probabilidade é um ramo da lógica, portanto, uma entidade platônica não pertencente ao mundo físico.

Keynes também descarta a definição clássica, por ter “o vício da circularidade e por serem suas aplicações extremamente limitadas”. E esse último, a limitação das aplicações, é um dos principais argumentos que utiliza no *Tratado da Probabilidade*, mostrando que essa visão não fornecia bases adequadas para a construção de uma “lógica de probabilidades”.

Os eventos possuem as probabilidades de ocorrência, e tanto para os frequentistas como para os clássicos a probabilidade é algo a ser atribuído a um evento. São visões concretistas, onde a probabilidade tenta medir uma característica de fenômeno verificável. Keynes muda este conceito, o coloca no domínio dos argumentos, no campo da lógica. A probabilidade para Keynes não estará mais “nos instrumentos de ‘ler’ o mundo mas, antes, nos mecanismos de ‘pensá-lo’”.

Interpretações clássicas da probabilidade baseiam-se no modelo de jogos de azar de resultados igualmente prováveis e no princípio da indiferença. Interpretação frequencial, por meio da frequência relativa – uma teoria objetiva, capaz de explicar a aplicação de cálculos de probabilidade em ciências empíricas. No entanto, a observação empírica é finita. Há de se satisfazer o axioma da convergência (ou limite) e o axioma da aleatoriedade (princípio da exclusão do sistema de jogo). As teorias quantitativas ou objetivas são definidas como verdades correspondentes com os fatos, frequências relativas, propensão, inerentes à situação e estatisticamente testáveis.

As teorias subjetivas significam grau de crença racional, baseada em novo conhecimento e Keynes difere dos subjetivistas porque, para aqueles, a probabilidade é identificada como o grau de confiança de um indivíduo na ocorrência de certo evento, com essa probabilidade variando entre as pessoas e, como vimos, para Keynes a probabilidade independe de ‘caprichos humanos’.

A interpretação subjetiva trata de graus subjetivos de crença e foi descoberta de forma independente, e simultaneamente, por Frank Ramsey em Cambridge e por Bruno de Finetti na Itália, conforme aponta Gillies (2000, pp.50-87). O trabalho de Ramsey é ligado ao de Keynes diretamente, mas Ramsey critica o ponto de vista de Keynes, porque ele não considerava possível medir numericamente em todos os casos de uma opinião racional de pares de preposições. De acordo com de Finetti, a probabilidade atribuída a um evento por um

indivíduo é revelada através do quanto ele está disposto a apostar naquele evento. Gillies (2000, p.58) considera que há um problema na interpretação subjetiva de probabilidade pelos graus subjetivos de crença. A definição de de Finetti é o grau de crença de cada indivíduo por meio do conceito de coerência. Este conceito é o fundamento do Teorema Ramsey – de Finetti, com o propósito de descrever toda incerteza por meio de graus de crença ou credibilidade, sendo um dos seus problemas a quantificação da incerteza da informação. Há as hipóteses: cada indivíduo tem relativamente a todo acontecimento incerto uma atitude suscetível de ser medida por graus de crença; graus de crença que dizem respeito ao mesmo indivíduo são comparáveis; os graus de crença podem avaliar-se em função do comportamento do indivíduo ao apostar em certos jogos hipotéticos.

O princípio da coerência exige que os graus de crença assegurem a cada indivíduo um comportamento na realização de apostas que não conduza a um prejuízo certo. Para Ramsey, “as leis da probabilidade são as leis da coerência”. A coerência não determina um único grau de crença racional, mas deixa aberta uma gama de escolhas. Há também o conceito de permutabilidade, que substitui o conceito de eventos independentes.

A interpretação intersubjetiva, nos lembra Gillies (2000, p.2), é um desenvolvimento da interpretação subjetiva em que a probabilidade não é vista como grau de crença de um indivíduo, mas como o grau de consenso de crença de um grupo social. Gillies considera que a maioria de nossas crenças tem cunho social. Acredita que um indivíduo em particular geralmente adquire as crenças por meio de interações sociais com esse grupo. A interpretação intersubjetiva é uma interação social do grupo, alto grau de consenso numa particular comunidade de pesquisadores que apresentam uma estimativa de probabilidade fundamentada no princípio da coerência. Considerado o conceito de paradigma de Kuhn (1962) - um conjunto de teorias, proposições factuais e crenças comungadas por um grupo, esta interpretação da probabilidade é uma medida de incerteza e viria solucionar também o problema da incomensurabilidade do paradigma.

Para Keynes, a interpretação da probabilidade é lógica e relacionada com o grau de crença racional ou a um indicador de certeza em relação a determinada evidência. Ele utilizou o ‘Princípio da Indiferença’ para determinar o valor lógico entre duas proposições – se não há uma razão conhecida para previsão do valor lógico entre duas proposições, então a melhor opção é atribuir probabilidades iguais a cada proposição. Keynes evidencia o aspecto qualitativo da probabilidade e nisso reside uma de suas grandes contribuições. A interpretação

da probabilidade pela suposta regularidade da frequência relativa, utilizando apenas dados quantitativos, pode não observar as evidências qualitativas e apresentar resultado não satisfatório.

II.2 – Crença racional e expectativas, convenção e *animal spirits*

A razão humana é complexa, implica padrões de comportamento complexos. As ações individuais, motivadas de acordo com interesse individual, geram uma consequência agregada não intencional. Apesar disso, Keynes sugeriria, partindo de sua crença racional na razão, que a ação promovida por uma razão iluminada poderia vir a resultar em consequências intencionadas. O problema não reside na vontade individual. É possível dotar um determinado agente ou grupo de agentes de política econômica da razão necessária para obter o fim último – a consequência intencionada. Mas, quais seriam os detalhes desse arranjo institucional que garantiria a obtenção de resultados intencionados através da política econômica? Keynes parecia acreditar que estava desenvolvendo uma teoria que consubstanciaria essa razão iluminista necessária para gerar resultados determinados em nível de política econômica. Embora o sistema seja complexo, seria possível exercer a razão de maneira que os resultados agregados fossem mais desejáveis ou próximos aos intencionados. Mesmo sob incerteza é possível a tomada de decisões, baseando-se nas convenções.

Shackle (1974) destaca que no *Tratado da Probabilidade* o propósito central de Keynes está em responder qual é a natureza da ligação entre um dado corpo de evidência e alguma proposição para a qual essas evidências são dadas como relevantes? Quais circunstâncias comandam o grau de sustentação, ou grau de crença racional, que a evidência apropriadamente concede à proposição? O autor sugere que há uma associação positiva entre o que Keynes chama de “peso do argumento” no *Tratado* e o “grau de crença racional”.

A crença ou o grau de confiança em uma proposição é função direta do peso do argumento e não de sua probabilidade de ser verdadeira, por isso a importância da distinção entre o que determina o peso e o que determina a relação de probabilidade para se entender a noção de incerteza em Keynes. Quanto menor a força e o poder de convicção que a evidência mostra em favor de uma resposta particular ou uma hipótese, maior será a facilidade de se desviar a atenção para outra hipótese.

Está no *Tratado da Probabilidade* que repetições (mesmo que não idênticas) de um evento, se combinadas com conhecimento e intuição, possibilitam ao indivíduo ter uma crença racional, lógica, na ocorrência futura do evento. O caráter lógico da crença racional não se altera pelo baixo peso da evidência, pela incerteza reinante. Em situações de incerteza (por fatores naturais, sociais ou subjetivos), o indivíduo deve ter um comportamento racional. Para Keynes, e em diferença da aceção clássica de racionalidade instrumental, a racionalidade que se encontra em hábitos e convenções sociais é relevante para o economista em geral. Entendemos que é igualmente relevante para o entendimento da macroeconomia do próprio Keynes. Ele mostra a relevância das convenções junto as decisões - tomadas no presente - sobre o comando da riqueza diante do futuro incerto. Mostra que muitas convenções sociais nascem de teorias sobre como funciona o mundo real que, com o tempo, se incorporam subconscientemente e não são somente um resultado de seguir cegamente o que outros fazem.

Sempre haverá um conjunto relevante de informações que não são conhecidas no tempo em que as expectativas são geradas. De acordo com Keynes, entre o momento em que o produtor assume os custos e o momento em que ocorre a compra da produção pelo consumidor final, decorre algum tempo. Enquanto isso, o empresário tem que fazer as melhores previsões possíveis sobre o que os consumidores estarão dispostos a pagar. Também podemos lembrar do volume de emprego, que, em um momento qualquer depende não apenas do estado atual das expectativas, mas também de todos os estados de expectativas que existiram no decorrer dos períodos anteriores. De acordo com Freud (1927), vamos do âmbito econômico ao psicológico, e as expectativas representam um papel de difícil avaliação, porque se mostram dependentes de fatores pessoais, de sua atitude mais ou menos esperançosa em relação à vida, através do temperamento, do êxito ou do fracasso.

Shackle (1974) relaciona a noção de teoria caleidoscópica com a visão de que as expectativas são, a todo instante, pouco fundamentadas em dados e tão sujeitas a mudanças que, a qualquer momento, assim como partículas de um caleidoscópio, qualquer movimento dissolve padrões anteriormente estabelecidos.

Expectativas, tempo e incerteza são elementos determinantes das ações de qualquer natureza que envolvam a conduta humana. Por isso cercam as decisões que os indivíduos ou grupos tomam, ou são instados a tomar. As expectativas possuem caráter cognitivo, relativo,

organicamente interdependente, qualitativo e objetivo. O estado de expectativa psicológica é o estado de expectativa de longo prazo, que leva em conta o estado presente das coisas.

São cruciais para se entender uma dimensão possível de análise do movimento real do capitalismo, mecanismo básico da instabilidade desse sistema econômico que se baseia na apropriação privada da riqueza social. De que forma as expectativas individuais e coletivas, que devem ser formadas sob a dinâmica capitalista, influem sobre as decisões capitalistas de investir e produzir; em consequência, sobre o nível de emprego e renda. Como essas expectativas, uma vez na zona de incerteza radical quanto ao futuro, geram, condicionam e traçam limites pelos quais têm lugar as instabilidades sistêmicas do capitalismo.

Keynes diz que a informação corrente, a experiência passada e uma certa estabilidade das convenções sociais são condições necessárias mas não suficientes para a decisão de investir em capital fixo, por exemplo. Aí está a noção de *espírito animal*, motivação extra-econômica por parte do empresário que o faz investir. Tal espírito animal será mais importante quanto maior o prazo e vida útil do capital fixo, porque assim será maior a incerteza sobre rendimentos futuros do investimento. A informação presente combinada com a estabilidade de certas convenções sociais permite avaliar racionalmente sobre o comportamento futuro de tais variáveis, sujeitas a larga margem de erro.

O corpo é movido por *animal spirits* – efeitos biológicos e psicológicos como nervos e histeria, uma força visceral “vinda de dentro”, nossas escolhas ao longo do tempo, as decisões que são tomadas por uma atitude positiva e espontânea no lugar da quietude e do nada fazer, estão relacionados com os *animal spirits* – “parece nossa inclinação natural à atividade que faz girar as coisas”, uma “ação mental inconsciente”. Segundo Keynes, a maior parte de nossas decisões de fazermos algo de positivo, de preferirmos a ação e não a inação, se deve aos *animal spirits*.

É uma expressão antiga que se encontra seja no ramo médico - acreditavam que fígado produzia “espíritos naturais levados pelas veias, o coração, espíritos vitais levados pelas artérias, o cérebro, espíritos animais que passam pelos nervos, que explicam a sensação e o movimento” - , seja em Marx, Hume, Descartes (Keynes faz uma referência a ele, sem citá-lo - o corpo é movido por espíritos animais – as ardentes partes do sangue destiladas pelo calor do coração – movem o corpo penetrando e movendo os nervos e os músculos; os espíritos animais sempre estão em movimento – a vontade unicamente os dirige, uma ação mental inconsciente), na literatura dos séculos XVIII e XIX.

Essa propensão a ação pode ser entendida como “espírito empreendedor”. É essa propensão, mais do que os cálculos, que se torna motor para o investimento. Contrapõe-se à ideia neoclássica de que o mercado livre e sozinho fosse capaz de resolver os problemas. Sobre os empresários, nesse sentido, Keynes considera que são indivíduos de temperamento forte com impulsos construtivos, que não dependem de cálculos precisos sobre prováveis ganhos. A natureza humana sente a necessidade de se arriscar e provar a sorte.

A opinião de Keynes é que a referência aos espíritos animais é coerente com a intuição como meio para decidir sobre situações prováveis. *Animal spirits* seriam uma série de dados, teorias, experiência e lógica. Os empresários levam consigo inconscientemente e lhes servem para atuar de modo mais ou menos adequado. Está, então, dentro da ideia de racionalidade prática ou, como Keynes disse na *Teoria Geral*, uma intuição prática posto que a razão é precisamente o lugar da síntese instintiva de todos os dados que permitem uma visão ou intuição adequada. Assim, para Keynes, a iniciativa individual somente seria adequada quando o cálculo estiver apontado e sustentado pela energia animal (*animal spirits*).

Economistas não são como químicos, astrônomos, que trabalham com materiais inertes que não compreendem. Seu campo está na esfera pública e pode triunfar pela persuasão. Keynes confere grande importância à psicologia – mente, sentimentos, medos, presunções, expectativas, incertezas, confiança.

II.3 – Decisões sob incerteza e estado de confiança.

Diante da imutabilidade do passado e da incerteza fundamental do futuro, os agentes devem agir e, para tanto, não há outra escolha a não ser tomar previsões como guia. O ambiente é de incerteza, há precariedade de conhecimento e, mesmo assim, são realizadas estimativas sobre o rendimento esperado - os homens de negócio estão envolvidos em um jogo que é uma mistura de habilidade e sorte e, os resultados desconhecidos pelos participantes.

Para efetivação de determinada ação, como vimos, se recorre a uma convenção, supor que a situação vigente continuará por tempo indefinido, a não ser que existam razões concretas para esperar alguma mudança. Esse método convencional de cálculo irá gerar continuidade e estabilidade nos negócios se e enquanto tomadores de decisão puderem confiar na manutenção da convenção. Keynes distinguiu os atos deliberados e os atos subconscientes,

definiu a ação racional fazendo a distinção entre fins racionais e meios racionais, porque para ele uma ação deve ser considerada racional quando seus meios e fins, em conjunto, sejam.

O tempo histórico é uma variável assimétrica, os vários processos de tomada de decisão são permanentes e decisivamente condicionados pelas expectativas dos agentes econômicos em relação ao futuro. O período corrente é um produto da história, mas isso não significa que os agentes econômicos não possam promover ajustes em suas estratégias. Ao reajustarem suas estratégias de ação, alteram o contexto e condições em que atuam – os agentes se adaptam ao mundo, padrão geral.

Para Keynes, a convenção não significa um comportamento irracional do empresário, já que em uma sociedade economicamente estável existe a possibilidade de que tendências recentes não irão se alterar. Se todos se comportam de maneira similar, a estabilidade do investimento agregado está garantida, o que beneficia o empresário individual, por isto ele pode estar agindo racionalmente. Há outras formas de lidar com o futuro, além da convenção social, o que pode gerar uma crença racional na mudança da situação. Será então bem sucedido o empresário que combina informação com experiência e intuição. Keynes nota que o peso da evidência relevante na formação de expectativas de longo prazo é (quase sempre) insuficiente para o empresário obter a relação de probabilidade numericamente. Mas não quer dizer que, qualitativamente, o empresário não possa estimar a probabilidade de ocorrência de eventos diversos. Ao examinar os determinantes do investimento, a tomada de decisão dos agentes, Keynes se baseia na concepção de racionalidade do *Tratado da Probabilidade*, que tem grande significado econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A Filosofia da *Teoria Geral*

“Abstenho-me deliberadamente em meu próximo livro de ir muito longe com o que quer que seja, pois o meu objetivo consiste em inculcar tão convincentemente quanto possível certas opiniões fundamentais – e mais nada.” (KEYNES, *apud* Moggridge, 1981, p.73)

Um dos fundamentos da teoria neoclássica é o individualismo metodológico, com uma concepção atomística da sociedade, em que os indivíduos são partes independentes do todo – seria possível identificar causa e efeito das ações individuais e seus resultados, por exemplo. No pensamento de Keynes, podemos ver que a totalidade não resulta da soma das partes e as partes ganharão sentido somente se relacionadas à totalidade que compõe. As ações individuais, embora condicionadas, são autônomas frente à totalidade orgânica. A natureza do indivíduo depende da interação com outros indivíduos e muda com ela. Aqui pode estar a base da ruptura teórica de Keynes em relação à teoria clássica. Isto não significa que Keynes negava a importância do indivíduo e das decisões individuais. Indivíduos não perderam a consciência de sua existência e importância em um mundo orgânico e interdependente.

A ideia de que há um espaço entre a ação individual e os resultados agregados que não pode ser conhecido *a priori*, simplesmente porque não é possível antecipar o resultado da interação dos agentes, é assim exposta por Keynes na *Teoria Geral*:

“Se é esta a base do raciocínio (e do contrário não sei qual possa ser), trata-se, evidentemente, de algo falacioso. Para traçar, pois, a curva da demanda em indústrias em particular, é indispensável adotar certas hipóteses fixas quanto à forma das curvas da oferta e da procura nas outras indústrias e quanto ao montante da demanda agregada efetiva. Não é válido, portanto, aplicar o argumento à indústria em conjunto, a não ser que lhe transfiramos também a nossa hipótese de que a demanda efetiva agregada é fixa. Esta hipótese reduz, porém, o argumento a um *ignoratio elenchi*.” [KEYNES, 1936, (1983, pp. 248-09)]

A rejeição de Keynes à aplicação do método atomista às ciências morais já havia sido feita dez anos antes de publicar a *Teoria Geral*, em seu ensaio sobre Edgeworth:

“A hipótese atomista, que funcionou tão esplendidamente na física, sucumbe na psicologia. Somos confrontados, a todo o momento, com os problemas da unidade orgânica, das variáveis discretas, da descontinuidade – o todo não é igual à soma das partes, comparações quantitativas nos enganam, pequenas variações produzem grandes efeitos, as hipóteses de um *continuum* uniforme e homogêneo não são satisfeitas”. (KEYNES, CW. V: 262)

Na *Teoria Geral*, Keynes fala da falácia da composição quando trata da poupança, em que a dimensão macroeconômica não é resultado da soma das decisões microeconômicas, o princípio da demanda efetiva não resulta do agregado das demandas individuais, o desemprego involuntário não se explica por decisões individuais sobre emprego ou desemprego. Keynes também sugeriu que a *Teoria Geral* representava uma integração da teoria tradicional dos preços relativos e da teoria monetária, porque ligava o comportamento da oferta e demanda individual ao comportamento monetário total. Rotheim (1999) disse que devido à questão da incerteza, Keynes, na *Teoria Geral*, abandonou a metodologia atomista da teoria neoclássica e passou a defender a abordagem organicista, devido à visão de Keynes sobre a economia ser completamente distinta das ciências naturais e ser uma ciência moral e social. Keynes também criticou a visão atomista pela crítica à economia matemática, quando passou a ver o sistema econômico numa interdependência entre o todo e suas partes. Segundo ele, aplicar a matemática nas ciências sociais não levaria a resultados conclusivos da mesma forma que leva nas ciências naturais. Keynes percebeu que a realidade da ciência econômica é muito mais complexa que a realidade física e que a tentativa de se modelar a realidade social é algo quase impossível, já que a realidade social não opera como a realidade do mundo natural.

Na macroeconomia de Keynes da *Teoria Geral* e pela incerteza, não há meio para se saber o impacto que uma decisão individual terá antes de ser conhecido o efeito que todas as decisões individuais terão no ponto de demanda efetiva; com isso, fica posta a orgânica interdependência entre decisão individual e agregada. O contrário é o individualismo metodológico em que o contexto em que o indivíduo toma sua decisão é considerado imutável. Para Keynes, a decisão se exerce num universo temporal, não acontece no vazio e sim em uma totalidade em que há leis que precedem, condicionam, constituem condições de possibilidades das ações individuais.

Keynes utilizou o método e realismo herdados de Moore para elaborar as bases epistemológicas da *Teoria Geral*, a qual pode ser vista como a afirmação do realismo contra o idealismo que representava a teoria do emprego clássica, que se fundava, como vimos, no cálculo benthamita de prazer e dor. Keynes desejava formular uma nova teoria que fosse capaz de comandar consenso racional, que fundamentasse seus argumentos retóricos. A *Teoria Geral* configura um esforço persuasório que tem como intenção influenciar acadêmicos, políticos e a opinião pública do tempo vivido por Keynes. Pela filosofia de Moore, no fim, o que importava não era apontar quais consequências infinitas de determinada ação, mas definir o resultado da interação destas.

A *Teoria Geral* pretendia ser uma teoria que iria definir uma lei geral de determinação do produto e emprego, uma lei geral invariável no tempo e espaço. Há os que apontam que seria contraditório quando se analisa isto tomando como perspectiva a abordagem da complexidade, da não linearidade e consequências não intencionais que se auto-organizam como uma propriedade do sistema complexo. Por outro lado, o princípio da demanda efetiva de Keynes é suficientemente aberto para não determinar um pré resultado – o que acabaria com a contradição de uma teoria que pretende ser geral, mas que está em sintonia com a complexidade. Keynes observou que não importava a caleidoscopia que envolvia as ações individuais, pois no agregado finda relativa estabilidade.

Shackle (1974) indicou que Keynes estava engajado em uma análise de equilíbrio parcial e que ele pretendia que a *Teoria Geral* fosse uma coleção de instrumentos sobre a sociedade econômica. A economia é, por essência, um assunto impreciso, pois se trata de coleções de diversos números de coisas que não são similares. Para Davis (1989, 1990), era um livro síntese que avançava na discussão entre economia e filosofia, em que os pensamentos econômicos e filosóficos de Keynes influenciaram um ao outro. O autor salienta aspectos de continuidade na obra de Keynes e traça a trajetória da sua evolução filosófica, para então chamar atenção para a influência herdada de Wittgenstein, acerca da natureza social de regras e convenções. As ideias filosóficas de Keynes sofreram mudanças significativas ao longo do tempo, o mesmo aconteceu com suas ideias econômicas, que evoluíram na *Teoria Geral*. Um dos conceitos centrais nessa evolução é o de *convenção*, resposta que ele encontrou para as dificuldades em reposicionar a antiga ideia de intuição no contexto da teoria econômica. Foi uma forma de dar mais consistência às exigências de sua nova teoria econômica.

Keynes, na *Teoria Geral*, lamentava que a economia ocupasse papel de tamanha importância na organização da vida social. Esperava pelo dia em que ela ocupasse seu devido lugar – o banco de trás – e não mais fosse guia dos rumos da história. Keynes planejou um ataque em diversas frentes. Insistia sobre a importância da compreensão da economia como uma “economia monetária da produção” (Keynes, 1933), na qual o dinheiro desempenha papel fundamental e se mostra a forma mais geral da riqueza, conferindo a seu detentor a possibilidade de comando sobre o trabalho alheio e, principalmente, por representar, simultaneamente, os papéis de refúgio contra a incerteza e objeto de desejo para valorizar o capital. O dinheiro oferece segurança psicológica, na medida em que se revela “refúgio do tempo”. No exercício de sua função de reserva de valor é o “ativo líquido *par excellence*”, de

sorte que, frente a um colapso do estado de confiança e da frustração do juízo convencional, a sua retenção salvaguarda os agentes das desconfiças em relação às possibilidades da atividade econômica ao longo do tempo. Keynes (CW XIV, p.116) escreve: “...nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiça em relação aos nossos cálculos e convenções quanto ao futuro... A posse efetiva do dinheiro mitiga nossa inquietação”.

Keynes insistia também sobre a importância das convenções estatais para sustentação da demanda efetiva sempre que as decisões de gasto se mostrassem insuficientes. Considerava vazias as proposições que prometiam ajustes e soluções no e para o futuro, já que “no longo prazo, todos estaremos mortos”.

Keynes mostrou, na *Teoria Geral*, a importância dos determinantes do investimento – as expectativas de longo prazo e as taxas de juros – por causarem grande e significativo impacto econômico. O conceito de racionalidade que explica no *Tratado da Probabilidade* revela também na *Teoria Geral* seu importante significado econômico, e avaliações qualitativas de relação de probabilidade são fundamentais no *Tratado* e se encaixam no caso das decisões de investir na *Teoria Geral*.

Destaca a importância das expectativas na decisão de investir em capital fixo, já que o capital fixo tem vida útil mais longa que bens intermediários e de consumo, sua rentabilidade esperada envolve expectativas de longo prazo e são necessários mais recursos para o investimento fixo do que para decisão de consumir. Pela possibilidade de perdas, a irreversibilidade do investimento requer previsões quanto ao futuro. Com informação disponível limitada sobre ações dos consumidores, ações de seus competidores, do governo, o empresário se vê na situação de incerteza. As informações limitadas que o empresário dispõe não são desprezadas na formação de expectativas de longo prazo. Keynes percebe é que uma boa parcela da informação relevante para o empresário aparece em convenções sociais.

O livro mostra uma mensagem básica, a de que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente instável. A *mão invisível* sustentada pela ortodoxia não produz a harmonia entre o comportamento egoísta, individual, racional dos agentes e o bem-estar global. Keynes focava a discussão na demanda agregada, que foi decomposta em demanda por bens de consumo e demanda por bens de investimento. A demanda por bens de investimento depende da expectativa de lucro futuro. As flutuações da demanda agregada estão relacionadas com os movimentos de investimento, que, com o crescimento, há expectativas otimistas quanto ao

lucro futuro, geram mais emprego, maior produto, renda e, conseqüentemente, maior consumo e poupança. Na depressão, expectativas pessimistas geram frustração, queda de emprego, renda, queda de consumo e poupança. Em tais flutuações está a chave que permite compreender os movimentos do capitalismo. Em qualquer decisão de investimento, o agente se vê obrigado a fazer uma previsão sobre o futuro, ou seja, lidar com a incerteza. A instabilidade no capitalismo pode ser gerada por mudanças nas expectativas quanto ao futuro incerto e pelo comportamento da taxa de juros. No que se diz respeito às expectativas, há o *animal spirit* dos agentes, fundado em alguma motivação.

As considerações sobre expectativas de renda esperada são fatos que se podem *supor* com mais ou menos certeza e os eventos futuros podem ser previstos com maior ou menor grau de confiança. O agente não deve atribuir grande importância ao que para ele é muito incerto, então, deixa-se guiar por fatos que requerem sua confiança, mesmo que não seja tão relevante decisivamente para os resultados esperados do que outros fatos em que o conhecimento que se tem é limitado. Keynes julga como desproporcional o papel que os fatos atuais exercem na formação das expectativas a longo prazo. O método habitual consistia em considerar os fatos e situações atuais e projetá-las no futuro, modificando apenas quando houvesse razões para esperar alguma mudança. Com isso, Keynes quis dizer que o estado de expectativa a longo prazo, que serve de base para decisões, não é dependente exclusivamente da previsão mais provável que se possa formar, pois depende, também, da confiança com que é feita tal previsão. Na opinião de Keynes, economistas se limitaram a discutir o estado de confiança em termos gerais, e não se demonstrou claramente que sua relevância para os problemas econômicos acontece por sua influência na curva da eficiência marginal do capital, que não se tratava de dois diferentes fatores influenciando o investimento. O estado de confiança é importante por determinar a escala de eficiência marginal do capital, a curva da demanda do investimento. Ainda, é necessário observar a prática dos mercados e psicologia dos negócios para tratar do estado de confiança. Nas avaliações do mercado, toda consideração é relevante para a renda esperada.

O fato mais importante que devemos considerar é a base de conhecimento extremamente precária e limitada. Em outros tempos, diz Keynes, o investimento dependia do temperamento entusiástico dos indivíduos, de seus impulsos construtivos, no jogo de habilidade e sorte com resultados desconhecidos. Devido justamente à incerteza, recorre-se à convenção, supondo que a situação atual permanecerá por tempo indeterminado, a não ser que haja razões concretas para acreditar em alguma mudança. Aqui também entra a ideia de que

não se pode argumentar que para um homem em estado de ignorância os erros são igualmente prováveis e que há uma esperança estatística que se baseia em probabilidades iguais. O que vai variar a avaliação dos agentes é o conhecimento. Na medida em que varia o conhecimento, varia a avaliação do que se espera. Para Keynes, no plano filosófico, esta avaliação não pode ser totalmente correta, porque o conhecimento atual não fornece base suficiente para uma esperança matematicamente calculada.

A instabilidade econômica também ocorre pela natureza humana, já que grande parte das atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo do que de uma expectativa matemática. Keynes afirma que a empresa que depende de esperanças futuras beneficia toda uma comunidade, a prosperidade econômica também depende de um clima político e social que satisfaça o homem de negócios. Cita como exemplo o temor de um governo trabalhista e o *New Deal*, que podem gerar um transtorno no otimismo espontâneo. Keynes não quis dizer com isso que tudo depende de uma psicologia irracional. Conclui que o estado de expectativa a longo prazo é muitas vezes estável e quando não é, outros fatores são compensatórios. Quer dizer que decisões humanas que envolvem o futuro, sejam econômicas, políticas, pessoais, não dependem somente da expectativa matemática, porque não existem bases seguras para tais cálculos e pelo impulso e inteligência do agente que faz o melhor que pode.

Já vimos que Keynes assume que seguir a convenção não significa que o empresário se comportou de forma irracional, porque muitas vezes ele segue a convenção pela certa estabilidade da economia e assim ser provável que as tendências não se alterem.

Keynes também assume que existem outras fontes para algum conhecimento sobre o futuro, não somente as que residem na convenção social, que fazem com que exista uma crença racional por parte do empresário em mudanças na situação corrente. Disse que o peso da evidência para formação das expectativas de longo prazo pode ser insuficiente para se estimar numericamente a relação de probabilidade, mas, qualitativamente, é possível estimar a probabilidade da ocorrência de um evento ou eventos alternativos. Está, dessa forma, analisando o que determina o investimento e se baseia na ideia de racionalidade do *Tratado*. Shackle (1974) e Davidson (1996) consideram que a decisão de investir é irracional, por não possuir base que possibilite ao empresário uma crença racional em eventos futuros. As convenções não são levadas em consideração por esses autores, a decisão de investimento é um evento crucial, por se dar num tempo histórico em situações não recorrentes. Não consideram a possibilidade de repetições, situações similares e o aprendizado que o

empresário pode ter, desconsideram as raízes racionais da convenção. Para eles, o empresário forma crenças de maneira subjetiva, o que é diferente do apresentado por Keynes em sua concepção de racionalidade humana no *Tratado da Probabilidade* e, depois, na *Teoria Geral*.

Esta monografia tenta reforçar que Keynes deve ser reconhecido como um filósofo-economista. Na busca por compreendê-lo, observa-se que o meio e sua época influenciaram fortemente seu pensamento e o legado que ele desejou deixar. Através de sua filosofia prática, resgatou a lógica, epistemologia, ética, filosofia política para o melhor entendimento da economia. A importância da análise da conduta humana, da psicologia, quando trata das expectativas, paixões e escolhas humanas, é fundamental e inovadora. Também a forma com que coloca a probabilidade – destacando seu conteúdo racional e não somente empírico, como um guia cotidiano e levando a economia para um modo lógico de pensar – é inovadora. Keynes deu importância à natureza social e à comunicação interdependente dos agentes, voltou-se para o tema da racionalidade, da ação humana. Buscou o aspecto prático para que fosse possível encontrar maneiras de alcançar o bem comum. A economia é uma ciência moral e assim deve ser tratada.

Fica estabelecida a importância de se compreender o conceito de incerteza (centro do pensamento de Keynes) e a relevância do pensamento de Keynes para tanto. Keynes transcende a visão limitada e superficial do tratamento dado à incerteza, o tratamento que reduz a incerteza em risco probabilístico. Keynes revoluciona ao ressignificar o conceito de incerteza, seja pelo princípio da demanda efetiva, pela teoria da preferência pela liquidez, no tratamento dos ciclos econômicos e a forma com que isso afeta o comportamento dos agentes. A incerteza tem implicações na conduta humana, especialmente na esfera econômica. Agentes lidam com a incerteza, com o conhecimento vago e limitado, suas decisões são baseadas em algo que eles acreditam que sabem, de um passado que pode não ser tão relevante como guia. No momento da tomada de decisão, há um fluxo de tempo irreversível. O futuro irá confirmar, ou não, se as crenças postas nos possíveis resultados de suas decisões estavam corretas. Para compreensão do conceito de incerteza, é necessária uma abordagem mais abrangente, real e interdisciplinar, em que o tratamento filosófico é fundamental. A questão é avaliar até que ponto é possível obter conhecimento sobre consequências diretas ou indiretas das ações dos indivíduos, estas terão repercussão no futuro. Keynes é transformador ao lidar com a hipótese de um futuro não calculável, com a impossibilidade de se alcançar informações suficientes que caberiam ao uso de probabilidades quantificáveis, já que, com

Keynes, a incerteza não é posta como um conhecimento probabilístico e, sim, como ausência deste.

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, G. & SHILLER, R. 2009. *Animal Spirits: How Human Psychology Drives the Economy, and Why It Matters for Global Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- ANDRADE, R. P. 2000. A agenda do Keynesianismo Filosófico: origens e perspectivas. *Revista de Economia Política*, vol. 20 nº 2(78).
- BATEMAN, B. W. and DAVIS, J. B. eds. 1991. *Keynes and Philosophy: essays on the origin of Keynes's thought*. Aldershot: Edward Elgar.
- BELUZZO, L. G. M. 2011. Clássico da Economia. *Carta Capital*. 29/12/2011.
- BELLUZZO, L. G. M. 2016. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: FACAMP/Contracorrente.
- BRENTANO, F. 1889/1902-1934. *The Origin of Our Knowledge of Right and Wrong*. London: Routledge & Kegan Paul.
- CARABELLI, A. M. 1988. *On Keynes's method*. London: Macmillan.
- CARDOSO, F. G. e LIMA, G. T. 2008. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. *Economia e Sociedade*, vol. 17 nº 3, dezembro.
- CARVALHO, F.J.C. 1988. Keynes on probability, uncertainty and decision-making. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 11 nº 1, pp. 66-81.
- CARVALHO, F.J.C. 2003. Características essenciais do método de Keynes na *Teoria Geral*. In: CORAZZA, G. *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 175-88.
- CHICK, V. 1992. *On Money, Method and Keynes: Selected Essays*. London: Macmillan/St. Martin's Press.
- CRESPO, R. F. 2005. *El Pensamiento Filosófico de Keynes – Descubrir la melodía*. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias.
- DAVIDSON, P. 1996. Reality and economic theory. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 18 nº 4, pp. 479–508.
- DAVIS, J. B. 1989. Keynes on atomism and organicism. *Economic Journal*, nº 99, pp. 1159-72.
- DAVIS, J. B. 1990. Keynes and organicism. *Journal of Post Keynesian Economics*, nº 12, pp. 308-15.
- DAVIS, J. B. 1994. *Keynes's Philosophical Development*. Cambridge: Cambridge University Press
- DEQUECH, D. 2004. Uncertainty: individuals, institutions and technology. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 28 nº 3, pp. 365-78.

- DOW, S. C. 1991. Keynes Epistemology and Economics Methodology. In: O'DONNELL, R. ed. *Keynes as Philosopher-Economist*. New York: St. Martin Press.
- DOW, S. C. 2003. Probability, Uncertainty and Convention: Economists' Knowledge of Economic Actors. In: RUNDE, J. and MIZUHARA, S. eds. *The Philosophy of Keynes's Economics: Probability, Uncertainty and Convention*. London: Routledge.
- FREUD, S. 1927. *Die Zukunft einer Illusion*. Trad. Bras: *O future de uma ilusão*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.
- GARLIPP, J. R. D. 2008. Keynes e a economia monetária. Campinas: *Anais do I Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*.
- GARLIPP, J.R.D. 1991. A economia monetária em Keynes e pós-keynesianos. *Economia Ensaios* vol. 5 nº 2. Uberlândia: Edufu, pp. 29-44.
- GERRARD B. and HILLARD, J. 1992. *The Philosophy and Economics of J. M. Keynes*. Aldershot: Edward Elgar.
- GILLIES, D. A. 2006. Keynes and probability. In: BACKHOUSE, R.E. & BATEMAN, B. W. eds. *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 199-216.
- GILLIES, D. A. 2000. *Philosophical Theories of Probability*. London and New York: Routledge.
- GILLIES, D. A. 1973. *An Objective Theory of Probability*. London: Methuen.
- HÁJEK, A. 2003. Interpretations of probability. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/sum2003/entries/probability-interpret/>. Acesso em: 10 de out de 2016.
- KEYNES, J. M. 1904. Ethics in relation to conduct. King's College Archive Centre, Cambridge: *The Papers of John Maynard Keynes*.
- KEYNES, J. M. 1906. Egoism (24 February). King's College Archive Centre, Cambridge: *The Papers of John Maynard Keynes*.
- KEYNES, J. M. 1919. *The Economic Consequences of the Peace*. London: Macmillan. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) II, London: Macmillan, 1971. Trad. Bras: *As Consequências Econômicas da Paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI ; vol. 3)
- KEYNES, J. M. 1921. *A Treatise on Probability*. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) VIII, London: Macmillan, 1973.

KEYNES, J. M. 1926. The End of Laissez-Faire. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) IX - *Essays in Persuasion*, pp. 321-32. London: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. 1930. Economic Possibilities for our Grandchildren. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) IX - *Essays in Persuasion*, pp. 321-32. London: Macmillan, 1972. Trad. Bras. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSÁNYI, T. org. *Keynes*. Coleção 'Grandes Cientistas Sociais', vol 6, pp. 150-59. São Paulo: Ática, 1978.

KEYNES, J. M. 1931. The means to prosperity. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) IX - *Essays in Persuasion*, pp. 335-66. London: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. 1933. *The General Theory and after – I. Preparation*. MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) XIII, London: Macmillan, 1973.

KEYNES, J. M. 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: Harcourt, Brace & Co. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) VII, London: Macmillan, 1972. Trad. Bras. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964 (reimpresso em 1970); *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1982; *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Col. 'Os Economistas', Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. 1937a. The general theory of employment. *Quartely Journal of Economics*, vol 51, pp.209 - 23. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. (CW) XIV - *The General Theory and after - II. Defense and development*, pp.109-23. London: Macmillan, 1973. Trad. bras. A teoria geral do emprego. In: SZMRECSÁNYI, T. org. *Keynes*. Coleção 'Grandes Cientistas Sociais', vol 6, pp.167 - 79. São Paulo: Ática, 1978.

KEYNES, J. M. 1937b. The theory of the rate of interest. In: GAYER, A.D. org. *The lessons of monetary experience: essays in honour of Irving Fisher*. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) XIV - *The General Theory and after - II. Defense and development*, pp.101-08. London: Macmillan, 1973.

KEYNES, J. M. 1938a. *My Early Beliefs*. Reimpresso em MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) X - *Essays in Biography*, pp. 433-451. London: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. 1938b. Correspondence between Keynes and Harrod. In: MOGGRIDGE, D. org. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW) XIV - *The General Theory and after - II. Defense and development*, pp. 295-305. London: Macmillan, 1973

KUHN, T. S. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Chicago University Press. Trad. Bras. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- LAWSON, T. and PESARAN, H. 1985. *Keynes' Economics: Methodological Issues*. London: Croom Helm.
- MINSKY, H. P. 1996. Uncertainty and the institutional structure of capitalist economies. *The Levy Institute of Economics Working Paper*, nº 155.
- MINSKY, H. P. 1975. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press.
- MOGGRIDGE, D. E. 1981. *As Ideias de Keynes*. São Paulo: Cultrix.
- MOORE, G. E. 1903. *Principia Ethica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- O'DONNELL, R. 1989. *Keynes: Philosophy, Economics and Politics*. London: Macmillan.
- O'DONNELL, R. ed. 1991. *Keynes as Philosopher-Economist*. New York: St. Martin's Press.
- O'DONNELL, R. 1996. What can economists learn from Keynes's Philosophy? In: *History of Economics Review*, nº 25, pp. 213-16.
- POSSAS, M. L. 1986. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.16 nº 2, agosto, pp.295 - 307. Reimpresso em LIMA, G.T. e SICSÚ, J. orgs. *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo*. pp.429 - 49. Barueri/SP: Manole, 2003.
- RAFFAELLI, T. 2006. Keynes and philosophers. In: BACKHOUSE, R.E. & BATEMAN, B. W. eds. *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 160-79.
- ROTHEIM, R. 1999. Post Keynesianism and Realist Philosophy. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 22(1).
- RUSSEL, B. 1910. *Philosophical Essays*. London: George Allen & Unwin, 1966.
- RUSSEL, B. 1948, Review: A Treatise on Probability. By John Maynard Keynes, *Mathematical Gazette*, Mathematical Association, vol. 32, nº 300, reimpresso em 1922, pp. 152-59.
- SHACKLE, G. L. S. 1972. *Epistemics and Economics*. New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- SHACKLE, G. L. S. 1974. *Keynesian Kaleidics. The evolution of a general political economy*. Edimburgh: Edinburgh University Press.
- SKIDELSKY, R. 1983. *John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920*. London: Macmillan.
- SKIDELSKY, R. 1996. *Keynes*. São Paulo: Jorge Zahar Ed.
- SKIDELSKY, R. 2010. *Keynes. The Return of the Master*. New York: PuublicAffairs.